



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



**O SUJEITO NOS DISCURSOS DE RESISTÊNCIA
EM CHICO BUARQUE DE HOLLANDA**

FRANCIELE MAGALHÃES CROSARA

ORIENTADOR: PROF. Dr. CLEUDEMAR ALVES FERNANDES

UBERLÂNDIA – MG

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FRANCIELE MAGALHÃES CROSARA

**O SUJEITO NOS DISCURSOS DE RESISTÊNCIA
EM CHICO BUARQUE DE HOLLANDA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos: Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos.

Área de concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem, Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes.

UBERLÂNDIA – MG

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C949s Crosara, Franciele Magalhães, 1975-
O sujeito nos discursos de resistência em Chico Buarque de
Hollanda / Franciele Magalhães Crosara. -2009.
95 f.

Orientador: Cleudemar Alves Fernandes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

Inclui bibliografia.

1. Análise do discurso - Teses. 2. Buarque, Chico, 1944 - Teses. 3. Música popular brasileira - Teses. 4. Brasil - História - 1964-1985. I. Fernandes, Cleudemar Alves, 1966-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Para a minha mãe, Neusa Maria, por, desde criança, ter me ensinado a ouvir e a gostar de Música Popular Brasileira. A meu pai, Primo (*in memoriam*), pelos ensinamentos de justiça e equidade.

AGRADECIMENTOS

Pensar em redigir agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que essa pesquisa obtivesse sucesso, sem me esquecer de ninguém, é uma tarefa árdua e instigante. É iminente o risco de não me remeter a alguém que talvez tenha sido fundamental na minha caminhada. Entretanto, tentarei, mesmo diante do risco da injustiça, elencar aqueles que foram importantemente ímpares nesta jornada.

Agradeço à minha amada mãe, sem o apoio da qual não teria sido possível esta pesquisa e minhas inumeráveis ausências. E aos meus filhos, Guilherme e Esther, por terem compreendido essas ausências e aprendido a superá-las. À minha avó, Zezé Crosara, por tão amavelmente me receber em sua casa todas as semanas, por meses a fio.

Ao meu orientador, Professor Cleudemar, por sua compreensão, sabedoria, paciência e incentivo, presença sempre constante na caminhada, cujo olhar atencioso e disponível nunca deixou de ser crítico, severo e, ao mesmo tempo, amável e doce. Por seus ensinamentos e pela confiança a mim devotada. Agradeço por sua sensibilidade, por sua maturidade equilibrada entre o ser orientador, alzo e amigo. Professor Cleudemar, você é uma das pessoas mais lindas que já conheci. Minha admiração por você é inabalável.

Ao Professor João Bôsko, pelos aprofundamentos teóricos brilhantes e pela forma tão generosa com que acolhe os seus alunos e partilha o saber. Professor João, levo na bagagem muita gratidão e admiração pelo seu trabalho. Assim como deixo no meu texto muitas marcas das interpelações todas que sofri ao participar de cursos como sua pupila. A sua voz está presente em todo o texto.

À Professora Luzmara, que tão amavelmente se interessou pelo meu texto e se dispôs a debruçar-se sobre ele e a esmiúçá-lo em graciosa atenção para comigo, além de se dispor ao deslocamento geográfico para compor a Banca de Defesa.

Ao Professor Ernesto, pelos importantes apontamentos realizados por ocasião da Banca de Qualificação. À Professora Carmem Agustini, pelos conhecimentos basilares na minha formação acadêmica.

Aos colegas cursistas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da UFU, em especial à Cida Conti, por desde o início ter me incentivado e direcionado minhas leituras.

À Maria da Conceição Militão Rocha, pelo apoio incondicional e por todos os textos a mim presenteados. À Simone Skaf Abdala, por me ouvir sempre, e muito além das palavras: por ouvir e compreender os meus silêncios.

Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra os poderes e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, regerminar no novo estado de coisas. A razão dessa resistência e dessa ubiqüidade é que o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua.

Roland Barthes, 2007

RESUMO

O sujeito nos discursos de resistência em Chico Buarque de Hollanda

O texto em questão consiste em um estudo de canções pertencentes ao que ficou popularmente conhecido por *canções políticas*, na época do regime militar ditatorial brasileiro, dado o fato da utilização dessas canções como veículo de protesto e disseminação de ideologia política, constituindo um importante instrumento de resistência ao regime autoritário. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral verificar como se processa a constituição do sujeito no discurso de resistência político-social durante o regime militar no Brasil, por meio de um estudo de recortes de canções de Chico Buarque de Hollanda e, mais especificamente, verificar sob quais regularidades emergem as inscrições discursivas da ditadura militar e identificar os princípios reguladores depreendidos das canções. A análise da constituição do sujeito, então inscrito em um determinado lugar sócio-histórico-ideológico, marcado pelas formações discursivas que lhe são constituintes, aponta para uma melhor compreensão não apenas do sujeito em si, mas do momento histórico e dos discursos nos quais ele estava inscrito. Considerando que, para Foucault (2007), a interpretação do sujeito é uma análise do processo constitutivo dele próprio, na medida em que é chamado para constituir-se como sujeito ético e moral, a constituição do sujeito no discurso de resistência político-social implica uma série de deslocamentos discursivos, com atravessamentos da esfera do poder e de como ele se faz obedecer, e como essa trama complexa e heterogênea de relações é propiciada pelo papel determinante das resistências. Ao considerar a teoria do discurso à luz dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de vertente francesa, compreendemos que os processos semânticos são construídos por uma determinação histórica, que tudo que é falado é historicamente possibilitado, e que a busca no social, na exterioridade do texto, atravessada pelas condições de produção, pelas noções de ideologia, história, memória e linguagem, constituem elementos indissociáveis para a construção dos sentidos. Uma das regularidades discursivas encontradas no processo de subjetivação do sujeito e da construção dos sentidos foi o uso do discurso autorizado como forma de silenciamento.

Palavras-chave: 1. Discurso; 2. Resistência; 3. Sujeito; 4. MPB; 5. Chico Buarque; 6. Ditadura Militar.

ABSTRACT

Subject in the resistance discourse in Chico Buarque de Hollanda

This work consists of a study of songs that belong to the Brazilian dictatorial military period and are popularly known as *political songs*, once they were used as a vehicle of protest and ideological policy dissemination, consisting of an important resistance instrument to the authoritarian regime. Though, the aim of this research is to verify how the constitution of the subject in the political-social resistance discourse is processed during the military period in Brazil, through parts of the songs by Chico Buarque de Hollanda and, more specifically, verify from which kind of regularities the discursive inscriptions of the military regime emerge and identify regulating principles in the songs. The analysis of the subject constitution, subscribed in a specific social-historical-ideological place, marked by discursive formations that are constitutive to him, helps us not only to have a better subject comprehension, but also of the historical moment and of the discourses the subject was subscribed. Considering that, according to Foucault (1995), the interpretation of the subject is an analysis of the process in which he is subscribed, as he is supposed to be held as an ethical and moral subject, the constitution of the subject in the political-social resistance discourse implies discursive displacements, crossed by the power sphere, according to which power supposes obedience, and by how this complex and heterogeneous net is provided by the determining role of the resistance. Considering the discourse theory based on the assumptions of the French Discourse Analysis, we comprehend that semantic processes are constituted by historical determinations, that everything that is said is historically made possible, and that the search for the social, in the exteriority of the text, crossed by production conditions, by notions of ideology, history, memory and language, constitute inseparable elements to the construction of meaning. One of the discursive regularities found in the process of constitution of the subject and in the construction of meaning was the authorized discourse as a mean of silence.

Key-words: 1. Discourse; 2. Resistance; 3. Subject; 4. MPB; 5. Chico Buarque; 6. Military Period.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	10
1. Considerações Gerais	10
2. Proposta de investigação	11
3. Dados sobre a pesquisa.....	12
3.1. Objetivos.....	12
3.1.1. Objetivo Geral	12
3.1.2. Objetivos Específicos	12
3.2. Perguntas de pesquisa.....	13
3.3. Metodologia.....	13
3.3.1. O <i>Corpus</i> : canções políticas	14
3.3.2. O estudo das canções.....	17
3.4. Fundamentação teórica	18
1. DISCURSO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: ENTRELAÇAMENTOS TEÓRICOS	27
1.1. A História na Análise do Discurso.....	27
1.2. O Poder e o Saber.....	31
1.3. A Memória Discursiva.....	33
2. O SUJEITO DISCURSIVO	37
2.1. O sujeito e a constituição identitária	40
2.2. O sujeito e o discurso de resistência	46
3. ANÁLISE DE CANÇÕES	50
3.1. Constituição do <i>Corpus</i>	50
3.2. Análise do <i>Corpus</i>	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

1. Considerações gerais

Este texto tem o propósito de apresentar a análise “O sujeito nos discursos de resistência em Chico Buarque de Hollanda”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como Dissertação de Mestrado. Para tanto, apresentamos os capítulos que compõem esta dissertação: dois de descrição teórico-analítica – **1. Discurso, História e Memória: entrelaçamentos teóricos** e **2. O sujeito discursivo** - e um de análise discursiva da materialidade lingüística do *corpus* – **3. Análise de canções**.

No capítulo **Discurso, História e Memória: entrelaçamentos teóricos**, apresentamos um aporte teórico advindo não apenas da Lingüística, mas de outras áreas do conhecimento científico, principalmente da História, no intuito de apreender saberes que possibilitam e fundamentam uma análise discursiva pertinente à temática abordada.

No segundo capítulo, **O sujeito discursivo**, de importância ímpar para a compreensão da constituição do sujeito nos discursos de resistência político-social durante o regime militar no Brasil, primou-se pela concatenação dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (doravante AD) com questões relativas ao sujeito e às subjetividades nas construções identitárias.

Para proceder à análise discursiva, fizemos uso da técnica do recorte, por meio da qual selecionamos fragmentos do significativo conjunto de canções de Chico Buarque de Hollanda. Priorizamos as canções historicamente marcadas por discursos de resistência político-social durante o regime militar no Brasil. O parâmetro teórico utilizado foi o das regularidades que perpassam os discursos de resistência que possibilitam a constituição e a emergência do sujeito discursivo. As canções selecionadas são: *Apesar de Você* (1970), *Cálice* (1973), *Acorda Amor* (1974), *O Que Será?* (1976) e *Hino da Repressão* (1985). Nestas, não desconsiderando a ocorrência em tantas outras, encontramos regularidades discursivas que apresentam a emergência de sujeitos inscritos no discurso de resistência

político-social e os efeitos de sentido produzidos pela materialidade lingüística dos/nos discursos de resistência no período ditatorial no Brasil.

Mesmo que várias outras pesquisas sobre o Regime Militar e sobre a obra de Chico Buarque tenham sido realizadas não apenas na Lingüística, mas também em outros campos de saber, tais como: na Teoria Literária, na Sociologia, na História, na Música, nas Artes, na Política e no Jornalismo, dentre outros, muito pouco se fez sobre a temática proposta, até o presente momento, na Análise do Discurso. Por este motivo, cremos que o estudo que se apresenta traz algo novo para o campo de pesquisa no qual nos inscrevemos. Percebemos este trabalho uma peça de mosaico, enlaçado em um emaranhado teórico, em uma teia de discursos outros que o possibilitam, que o constituem, que o circunscrevem.

2. Proposta de investigação

Para o estudo da constituição do sujeito discursivo, toma-se como referencial teórico os pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa, em especial os conceitos de Memória, de Jean-Jacques Courtine (1981, 1999, 2005), de História, de Michel De Certeau (1994, 2002) e de Sujeito e Poder, de Michel Foucault (1979, 1984, 1999 e 2007), que serão observados através dos entrecruzamentos das formações discursivas.

Uma vez que as relações de poder implicam relações discursivas, o estudo das relações de poder entre os sujeitos se torna ímpar para a presente pesquisa. Mais do que compreender o poder como um *a priori* e os fatores a ele relacionados, pensamos as relações de poder a partir do confronto entre as estratégias de poder e de resistência ao poder. Esse confronto é justamente o centro catalizador do que nos propomos a avaliar neste trabalho.

A análise da constituição do sujeito, então inscrito em um determinado lugar sócio-histórico-ideológico, marcado por condições de produção específicas e por formações discursivas que lhe são constituintes, aponta para uma melhor compreensão não apenas do sujeito em si, mas do momento histórico e dos discursos nos quais ele está inscrito.

Considerando que, para Foucault (1984), a interpretação do sujeito é uma análise do processo constitutivo dele próprio, na medida em que é chamado para constituir-se como sujeito ético e moral, a constituição do sujeito nos discursos de resistência político-social implica uma série de deslocamentos discursivos, com atravessamentos da esfera do poder e de

como ele se faz obedecer, e como essa trama complexa e heterogênea de relações é propiciada pelo papel determinante das resistências.

Acreditamos que o presente trabalho possa contribuir para a compreensão da constituição do sujeito discursivo inscrito nos discursos de resistência político-social durante o Regime Militar no Brasil e dos discursos de resistência a ele relacionados.

3. Dados sobre a pesquisa

3.1. Objetivos

3.1.1. Objetivo Geral

Sobre a heterogeneidade constitutiva da linguagem e dos sujeitos, Fernandes (2007, p. 38) afirma que “o sujeito e o discurso resultam da interação social estabelecida com diferentes segmentos em um mesmo ou em diferentes âmbitos sociais”, o que implica o sujeito ser possibilitado pela constituição de uma teia que interliga história, ideologia e condições de produção em um batimento constante entre objeto e teoria, advindas dos diferentes discursos que o constituem e que possibilitam sentidos.

Considerando, então, os fatores supracitados que constituem o sujeito, esta pesquisa tem como objetivo geral verificar como se constitui o sujeito nos discursos de resistência político-social durante o Regime Militar no Brasil, em um estudo de canções de Chico Buarque de Hollanda.

3.1.2. Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, outros mais específicos podem ser arrolados:

1. Verificar sob quais regularidades emergem as inscrições discursivas da ditadura militar e identificar os princípios reguladores depreendidos das canções;
2. Levantar aspectos da materialidade dos discursos sustentados sobre uma base lingüística como forma de apreender os efeitos de sentido produzidos por esta prática;

3. Analisar como as pressões impostas pelo regime vigente na época determinaram a produção das canções, seja em termos de temática, de escolha lexical, do uso de figuras de linguagem, dos ditos, não-ditos e já-ditos.

3.2. Perguntas de pesquisa

1. Quais regularidades possibilitam a constituição do sujeito discursivo durante o regime militar no Brasil?
2. Que efeitos de sentido podem ser observados na materialidade lingüística dos/nos discursos depreendidos das canções produzidas na época?

3.3. Metodologia

A definição de uma metodologia de análise de um determinado *corpus* em AD está intimamente relacionada à definição dos pressupostos teóricos. A abordagem de nosso *corpus* de análise se dará em conformidade com os pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa, em especial com os conceitos de Memória, de Jean-Jacques Courtine (1981, 1999, 2005), de História, de Michel De Certeau (1994, 2002) e de Sujeito e Poder, de Michel Foucault (1979, 1984, 1999 e 2007), acrescidos do que postula Michel Pêcheux (1997) acerca da alternância entre os exercícios de descrição e de interpretação do objeto como atividades analíticas e da observação das condições de produção depreendidas das canções do *corpus*, que constituem, nesse entremeio, elementos possibilitadores de regularidades lingüísticas que apontam para um discurso de resistência.

Neste entendimento, definimos um recorte que constituísse um *corpus* para análise e estabelecemos como ponto de partida do nosso constructo teórico elementos da constituição do sujeito discursivo que emergem da/na materialidade lingüística possibilitada pelo entrecruzamento de formações discursivas. Neste trajeto, são elencadas questões referentes à relação entre o sujeito discursivo e os atravessamentos que envolvem as práticas discursivas que o constituem; a percepção histórica que possibilita enunciados

discursivamente inscritos; formas de interpelação das posições-sujeito demarcadas pelo interdiscurso e pela heterogeneidade enunciativa presentes nas canções; discursos instaurados pela memória discursiva em funcionamento; relações de poder que constituem e possibilitam tanto a emergência de sujeitos quanto de discursos.

Ao final da pesquisa, pretendemos ter respondido satisfatoriamente às perguntas que se fazem: 1. Quais regularidades possibilitam a constituição do sujeito discursivo durante o regime militar no Brasil? e 2. Que efeitos de sentido podem ser observados na materialidade lingüística dos/nos discursos depreendidos das canções produzidas na época?

Considerando que a própria Análise do Discurso constitui um terreno de movências, de instabilidade, de deslocamentos constantes, a pesquisa que se apresenta se situa em um momento histórico-teórico definido e, por isso, evidencia tendências analítico-discursivas relacionadas às condições de produção, à historicidade e à memória discursiva enquanto características que possibilitam existência ao sujeito e às quais ele se sujeita.

3.3.1. O *Corpus*: canções políticas

O texto “O sujeito nos discursos de resistência em Chico Buarque de Hollanda” consiste em uma proposta de estudo de canções pertencentes ao que ficou popularmente conhecido por *canções políticas*, na época do regime ditatorial brasileiro. Nosso *corpus* constitui-se de um recorte de canções. Para tal, as canções selecionadas são: *Apesar de Você* (1970), *Cálice* (1973), *Acorda Amor* (1974), *O Que Será?* (1976) e *Hino da Repressão* (1985), reconhecidas como canções políticas pertencentes à produção musical de Chico Buarque de Hollanda, durante a vigência da Ditadura Militar no Brasil, parte integrante do que se consagrou como música popular brasileira (MPB)¹, que emergiu do sistema musical ocidental burguês no início do século XIX, conseqüente da dicotomia “popular” e “erudito”, nascida em função das tensões sociais e das lutas sociais da sociedade burguesa, e não do

¹ A sigla surgiu por volta de 1965 grafada com maiúsculas, sugerindo um gênero musical específico que pudesse sintetizar a tradição musical popular brasileira. Incorporou nomes da Bossa Nova, como Vinícius de Moraes, Baden Powell, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré, Nara Leão e Edu Lobo, e agregou novos artistas, tais como Elis Regina, Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano Veloso, entre outros. A MPB passa, então, a constituir “elemento cultural e ideológico importante na revisão da tradição e da memória, estabelecendo novas bases de seletividade, julgamento e consumo musical, sobretudo para os segmentos mais jovens e intelectualizados da classe média” (NAPOLITANO, 2005, p. 64).

desenvolvimento natural do gosto coletivo. O historiador especialista em canção popular brasileira aponta:

o campo musical popular desenvolvido nas Américas apontou para uma outra síntese cultural e, guardadas as especificações nacionais e regionais, consolidou formas musicais vigorosas e fundamentais para a expressão cultural das nacionalidades em processo de afirmação e redefinição de suas bases étnicas (NAPOLITANO, 2005, p. 18).

Para o autor, a consolidação do campo musical popular também expressou novas sociabilidades originárias da urbanização e da industrialização, novas composições demográficas e étnicas, novos valores nacionalistas, novas formas de progresso técnico e novos conflitos sociais. Uma vez que a música, como outros produtos culturais, pode sofrer processos de apropriação que contém em si as posições sociológicas e as contradições políticas e econômicas que perpassam a sociedade, ela constitui um documento histórico, “na medida em que é produto de uma mediação da experiência histórica subjetiva com as estruturas objetivas da esfera socioeconômica” (NAPOLITANO, 2005, p. 32).

Os conceitos apresentados por Napolitano (2005) no que se refere à cultura e, mais especificamente, à música, coadunam com os Woodward (2000) acerca de questões não apenas culturais, mas também de formação de identidades e produção de sentidos, visto a última afirmar que

todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade (WOODWARD, 2000, p. 18).

Napolitano, retomando Middleton (1997), discorre sobre o processo de apropriação e construção de sentido para os textos culturais em associação a composições e alianças ideológicas e culturais entre os vários grupos sociais, constantemente refeitas. Sobre a MPB, afirma que:

entre nós, a idéia de MPB, por exemplo, expressou um momento de aliança social e política entre diversas classes sociais em torno de um ideal de nação, defendida, primordialmente, por setores nacionais de esquerda [...] em torno da música popular foram construindo uma esfera pública própria, com seus valores e expectativas, [que] traduzem processos permeados de tensões sociais, lutas culturais e clivagens históricas (NAPOLITANO, 2005 p. 32, 49).

Dentre as possibilidades de periodização da tradição musical popular brasileira, destacamos a década de 1960 como período em que se observa a consolidação da canção

como “veículo fundamental de projetos culturais e ideológicos” (NAPOLITANO, 2005 p. 47). Inserida, principalmente, em uma cultura/conjuntura de engajamento político-social, a música popular brasileira se desloca da esfera meramente musical para constituir, como parte integrante, o discurso de resistência ao regime ditatorial, seja por meio da denúncia ou da busca da conscientização política. Contudo, parte da produção musical de protesto “chegou ao público mutilada pela censura e algumas criações simplesmente morreram nas gavetas da ditadura” (SILVA, 2004, p. 70).

Por causa das dificuldades de circulação enfrentadas, muitas canções foram construídas com a utilização recorrente de metáforas, seja com intenção de dizer, não explicitamente, ou de dizer de uma outra forma o que estava proibido de ser dito, seja com intenções de ludibriar os censores da ditadura.

Acerca da concepção de metáfora, uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seja próprio, preso à sua literalidade. O sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição, ao que Pêcheux (1999) acrescenta que também não há sentidos deriváveis a partir dessa literalidade.

Esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora) pela qual elementos significantes passam a se confrontar, é o modo de que se revestem de um sentido, isto é, de fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeito de substituição, paráfrases, formações de sinônimos) pertencentes a certa formação discursiva.

Para Holanda, não é possível preencher as palavras como a verdade individual inteira: “a linguagem, sendo sempre transfiguração do real, está ligada à sua ‘mentira’. A linguagem por sua própria natureza é, portanto, *abstração*, enquanto não manifesta o real, apenas tenta significá-lo” (HOLANDA, 1993, p. 41) (grifo do autor). Holanda considera também que a linguagem sempre trai a realidade, porque nunca a representa inteira, e que todo o real está já mediado pelo simbólico e pelo imaginário, o que, em nosso entendimento, implica a linguagem funcionar como representação do real, não como sua expressão, conseqüente da falta que lhe é inerentemente constitutiva.

A metáfora, então constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso: “pode-se dizer que o que torna possível a metáfora é o caráter local e determinado do que cai no domínio do inconsciente, enquanto lugar do Outro (*Autre*), onde diz J. Lacan, se situa a cadeia do significante que comanda tudo o que vai poder se presentificar do sujeito”, ao que Pêcheux (1997, p. 263) acrescenta que “do sentido” também.

A canção política, constituída por linguagem metafórica e apresentando como características a temática de protesto e o conteúdo ideológico, servindo como veículo - manifesto das reivindicações sociais, foi utilizada, durante o regime militar, para denunciar, através de seus implícitos, de seus não-ditos e silêncios, a falta de liberdade no País, e como integrante da produção artístico-cultural, como veículo de protesto e disseminação de ideologia política, constituindo um importante instrumento de conscientização e de resistência ao regime autoritário. Assim, a canção política, também conhecida como canção de protesto, “exerce na sociedade uma função catártica, pois, agindo ao nível da afetividade, provoca uma liberação de emoções, um certo alívio: resolve no plano verbal – e emocional – aquilo que deveria acontecer no plano da ação histórica” (MENESES, 1980, p. 100).

3.3.2. O estudo das canções

Para uma apresentação adequada do processo de descrição/interpretação no estudo de canções advindo da Análise do Discurso, somamos aos pressupostos teóricos da AD outros do campo da teoria musical. Neste trajeto, Napolitano (2005) apresenta, com bases nos trabalhos de Donas (2004), que a questão metodológica central, na atualidade, acerca dos estudos da canção, compreende em problematizá-la de maneira a analisar como se articulam, musical e poeticamente, “as tradições, identidades e ideologias que a definem, para além das implicações estéticas mais abstratas, como um objeto sociocultural complexo e multifacetado” (NAPOLITANO, 2005, p. 77). Para tal, Napolitano (2005, p. 8) aponta para a necessidade de se compreender as “manifestações e estilos musicais dentro da sua época, da cena musical na qual está inserida, sem consagrar e reproduzir hierarquias de valores herdadas ou transformar o gosto pessoal em medida para a crítica histórica”.

Para a confecção desta Dissertação, focalizamos as letras das músicas, mesmo que a questão que se coloque seja a da não-desarticulação músico-verbal, posto que, segundo o autor, “estes elementos se dividem em dois parâmetros básicos, que separamos apenas para fins didáticos, já que na experiência estética da canção eles formam uma unidade” (NAPOLITANO, 2005, p. 78-79). A dificuldade que surge, neste sentido, é proceder à não-

desarticulação estética da canção, mesmo procedendo à análise isolada dos parâmetros verbo-poéticos, a fim de observar como os parâmetros musicais de criação (harmonia, melodia, ritmo) e interpretação (arranjo, timbre, vocalização, etc.) são elementos constituintes de um todo significante:

o efeito global da articulação dos parâmetros poético-verbal e musical é que deve contar, pois é a partir deste efeito que a música se realiza socialmente e esteticamente. Palavras e frases que ditas podem ter um tipo de apelo ou significado no ouvinte, quando cantadas ganham outro completamente diferente, dependendo da altura, da duração, do timbre e ornamentos vocais, do contraponto instrumental, do pulso e do ataque rítmico, entre outros elementos (NAPOLITANO, 2005, p. 80).

Neste estudo, priorizamos a percepção dos efeitos de sentido que surgem da pluralidade de identidades que constituem o sujeito discursivo que emerge das/nas canções do *corpus*, baseando-nos em análises dos parâmetros verbo-poéticos, e buscando nos parâmetros musicais, minimamente, o que, ao nosso entendimento, contribui para uma compreensão mais adequada e ampla do *corpus*. Portanto, para esta pesquisa, foram selecionados trechos das canções, recortes de recortes, que apresentam materialidades lingüísticas regulares suficientes para a análise proposta.

3.4. Fundamentação teórica

Ao considerar a teoria do discurso à luz dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de vertente francesa, compreendemos que os processos semânticos são construídos por uma determinação histórica, que tudo que é falado é historicamente possibilitado, e que a busca no social, na exterioridade do texto, atravessada pelas condições de produção, pelas noções de ideologia, história e linguagem, constituem elementos indissociáveis para a construção dos sentidos.

As condições de produção são o ponto de partida que norteia a produção do discurso. Dessa forma, o social nunca é homogêneo, mas sempre um lugar de embates. Fernandes (2007, p. 22) afirma que as “condições de produção compreendem fundamentalmente sujeitos e a situação social. As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem”. Assim, o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço sócio-ideológico e não em outros.

Segundo Althusser (1996, p. 127, 115), “o que se reflete na representação imaginária do mundo encontrada na ideologia são as condições de existência dos homens, ou seja, seu mundo real” e que “todo Aparelho de Estado, seja ele repressivo ou ideológico, ‘funciona’ ao mesmo tempo pela violência e pela ideologia” (grifo do autor). Para Pêcheux, as ideologias constituem forças materiais, não são simplesmente idéias e não têm origem nos sujeitos, elas “constituem os indivíduos em sujeitos”, retomando a expressão de Althusser (PÊCHEUX, 1997, p. 129). A ideologia é o que determina os efeitos de sentido no discurso, lhe é constitutiva e se encontra emaranhada em seu interior, refletindo na sua exterioridade. Pêcheux observa também que

o caráter comum das estruturas-funcionamento designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’ devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’ (PÊCHEUX, 1997, p. 152-153) (grifos do autor).

Orlandi (1995, p. 20), em suas observações acerca das relações entre ideologia e discurso, considera que “a ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação”. Régine Robin já havia dito que, a ideologia, em todas as suas formas de expressão, é uma forma de resistência e tem representação real através das práticas sociais. Ao que também acrescenta que

para encontrar a função de uma ideologia, é preciso sair do texto, mudar de terreno e passar da Lingüística à História. Mudar de terreno: o que quer dizer que, se a lingüística descreve o texto, se diz precisamente o que existe no texto, seu arranjo interno, não nos dá sua chave nem a função. Ela ordena a ideologia, mas o que significa socialmente a ideologia está fora de seu campo (ROBIN, 1973, p. 20)

e ainda que

colocar o problema do discurso como prática numa formação social é ultrapassar a problemática da Lingüística como “receita” puramente técnica, para abordar o lugar das práticas discursivas numa formação social. Isso não quer dizer, no entanto, que, nesta acepção, o discurso será confundido com a ideologia que o governa, ou ainda com sua função. Temos perfeita consciência da necessidade de salvaguardar o nível discursivo em sua relativa autonomia, em sua materialidade, até mesmo em seu funcionamento significativo (ROBIN, 1973, p. 107) (grifo da autora).

Fernandes afirma, nesse ínterim, que a ideologia é inerente ao discurso e que se materializa na linguagem, que a ideologia é inerente ao signo em geral: “diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia(s) a integra(m)” (FERNANDES, 2007, p. 29). Na teoria do discurso, o materialismo concreto implica a instância ideológica existir sob a forma de formações ideológicas, não existindo neutralidade entre ideologia e ciência. E a Lingüística, enquanto ciência, faz uso de ideologia para determinar a articulação entre os enunciados. Gregolin elucida que o enunciado, para Foucault, consiste em uma articulação dialética entre singularidade e repetição, que o enunciado é, ao mesmo tempo, gesto e memória, que possui uma materialidade e, apesar de ser único, “está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (GREGOLIN, 2004, p. 29).

Tomando a língua por base comum e pré-requisito indispensável aos processos enunciativo-discursivos, compreende-se que é sobre a base de leis internas da língua que se desenvolvem os processos discursivos, não sendo os mesmos resultado de pura atividade cognitiva, que utiliza acidentalmente os sistemas lingüísticos. Certeau (1994), ao mencionar os estudos de Wittgenstein, discorre sobre a relevância da realidade da linguagem enquanto mecanismo de definição de historicidade, de possibilidade de discursos e sentidos.

Pêcheux (1997, p. 26) havia alertado sobre a necessidade de verificar “as razões que nos levam a falar de processos discursivos e de formações discursivas, na perspectiva de uma análise materialista das práticas” de linguagem, nas quais a língua se apresenta como base comum de processos discursivos diferenciados, ao que Orlandi (1995, p. 20-21) reitera: “se concebemos [a língua] – na perspectiva discursiva – como materialidade, essa materialidade lingüística é o lugar da manifestação das relações de forças e de sentidos que refletem os confrontos ideológicos. Essa perspectiva devolve a opacidade do texto ao olhar do leitor”. Assim, a língua, enquanto base lingüística material e estrutural, implica todo um sistema lingüístico: conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, que constituem o objeto da Lingüística; e implica processos discursivos: a articulação entre os enunciados produzidos pela língua passa à discursividade. Pêcheux (1997, p. 123) acrescenta que um dos funcionamentos da Lingüística “incide sobre os enunciados, isto é, incide, na verdade, sobre a passagem à discursividade, ao engendramento do ‘texto’”.

Para Foucault, é ímpar a compreensão do enunciado na estreiteza e singularidade de sua enunciação, a determinação dos elementos intrínsecos à sua natureza e condições de existência, a fixação de limites e o estabelecimento de possíveis correlações/exclusões em

relação a outros enunciados. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault desenvolve o conceito de enunciado questionando como surgiu um determinado enunciado e não outro em seu lugar: “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2007, p. 31). Foucault acrescenta que o enunciado

é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2007, p. 32).

E, ainda, que um enunciado, sendo um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente, é sempre diferente em sua forma, disperso no tempo, formando um conjunto quando se refere a um objeto e, ao mesmo tempo, que esse conjunto não se refere a um único objeto: “definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles – em outras palavras, formular sua lei de repartição” (FOUCAULT, 2007, p. 37), o que nos leva à necessidade de considerar as formações discursivas como grupos de enunciados nos quais “é possível observar e descrever *um* referencial, *um* tipo de defasagem enunciativa, *uma* rede teórica, *um* campo de possibilidades estratégicas” (FOUCAULT, 2000, p. 106) (grifos do autor). Foucault, então, sintetiza e conceitua formação discursiva como situações em que:

se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...] Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar (FOUCAULT, 2007, p. 43, 49-50) (grifo do autor).

Uma vez que discursividade é a articulação entre enunciados produzidos pela língua e não se remete à fala (*parole*), mas é um processo no qual a fala pode ser um dos elementos constitutivos, Pêcheux ressalta que a indiferença da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema lingüístico: “O fato de que a língua, escreve E. Balibar, seja ‘indiferente’ à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam ‘indiferentes’ à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política” (PÊCHEUX, 1997, p. 92)

(grifos do autor). O fato de as classes não serem indiferentes à língua é traduzido pela instância de que todo processo discursivo se inscreve em uma relação ideológica de classes, isto é, todo processo discursivo é um processo ideológico.

Saussure (2006) já havia afirmado que utilizar uma língua implica entrar na esfera do social, uma vez que a linguagem é exterior ao sujeito. A língua, assim, atravessada pela exterioridade, materializa as questões que constituem o sujeito discursivo, operando por meio de um recorte, quando este se posiciona em um determinado lugar histórico-social. É a linguagem, elemento possibilitador de subjetividades e identidades, que possibilita a materialização dos discursos e dos efeitos-sujeito como elementos de discurso a serem produzidos. Ao que Foucault (2007, p. 51 - 52) atesta:

as relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que lhe limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: fornecem-lhe objetos de que se pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõem que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática.

Assim sendo, uma teoria materialista dos processos discursivos não pode contentar-se em reproduzir o sujeito ideológico como sempre ‘já-dado’. É preciso observar o sujeito imbricado em uma teoria não subjetiva da subjetividade. Neste contexto, Pêcheux (1997) trabalha sobre um eixo teórico que relaciona subjetividade, discursividade e descontinuidade entre ciências/ideologias e considera que as palavras são (re)significadas em conformidade com as formações ideológico-discursivas assumidas pelos sujeitos.

Segundo Robin (1973, p. 88),

o discurso é sempre relacionado a suas condições de produção – o que, aliás, autoriza toda escolha de *corpus* a analisar. Esta Linguística do discurso integra ao seu objeto tudo o que ultrapassa a simples lógica da comunicação denotativa. Pretende estar atenta ao universo conotativo da linguagem, ao jogo das implicações e das pressuposições, a tudo enfim que está no campo das enunciações.

Para Gregolin (2003, p. 11),

quando adotamos o ponto de vista da Análise do Discurso, focalizamos os acontecimentos discursivos a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista de discurso é entender a relação entre essas duas ordens, já que o sentido é criado pela relação entre sujeitos históricos e, por isso, a interpretação nasce da relação do homem com a língua e com a história.

O posicionamento de Gregolin encontra respaldo em Pêcheux (1997) uma vez que o último considerou a importância das disciplinas científicas existentes em um momento histórico e a impossibilidade da pretensão idealista de chegar a um universo de enunciados fixos e unívocos, mesmo sendo possível a repetição do enunciado, como afirma Husserl: “Cada vez que eu, ou quem quer que seja, pronuncio com o mesmo sentido esse mesmo enunciado, há um novo juízo. Os atos de juízo são diferentes segundo o caso, mas o que eles julgam, o que diz o enunciado, é sempre a mesma coisa” (apud PÊCHEUX, 1997, p. 80). Se compreendermos por enunciação o ato pelo qual enunciados se realizam, assumidos por um locutor particular, em circunstâncias sócio-históricas e temporais precisas, torna-se evidente a impossibilidade de repetição do processo enunciativo em sua totalidade, justamente por causa dos juízos de valor e das circunstâncias enunciativas.

Pêcheux ressalta, também, que o importante é a “questão do *sujeito como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é ‘preso’ nessa rede – ‘nomes comuns’ e ‘nomes próprios’, efeitos de *shifting*², construções sintáticas, etc. – de modo que o sujeito resulta dessa rede” (PÊCHEUX, 1997, p. 157) (grifos do autor). E é, de fato, a existência dessa contradição (produzir como *resultado* uma *causa de si*), e seu papel motor em relação ao processo do significante na interpelação-identificação que, segundo Pêcheux, “nos autorizam a dizer que se trata realmente de um processo, na medida em que os ‘objetos’ que nele se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si” (PÊCHEUX, 1997, p. 157) (grifo do autor). Ao que Orlandi acrescenta que:*

sabemos que a dispersão dos sentidos e do sujeito é a condição de existência do discurso (Orlandi e Guimarães, 1988), mas para que funcione ele toma a aparência de unidade. Essa ilusão de unidade é efeito ideológico, é constituição necessária do imaginário discursivo. Logo, tanto a dispersão como a ilusão de unidade são igualmente constitutivas [...] Aí está a grande contribuição da análise do discurso: observar os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos (ORLANDI, 1995, p. 13,18).

Ressaltamos que o sentido de um objeto ideológico se dá de acordo com o interesse da classe a qual ele serve, e sendo a língua instrumento de disseminação de ideologias e lugar de embates, e não podemos desconsiderar, então, que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de grupos sociais e retrata uma luta política. O

² *Shifting*, do inglês, deslocamento.

que se busca descrever/interpretar são os efeitos de sentido produzidos pelos discursos a partir das posições ocupadas pelos sujeitos.

Ao pensar a História em suas relações com a Análise do Discurso de linha francesa, tomamos por base filosófica a Nova História, considerando a idéia de que a realidade é social, culturalmente construída, na qual a historicidade implica o novo estar no acontecimento em torno do dito e em que o fazer histórico implica um sujeito historiador que fala de um lugar ideologicamente marcado, perpassado por um dado saber, sob condições de produção definidas.

De acordo com Certeau (2002), a História, compreendida como uma prática, tendo por resultado um discurso, implica no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social. Sendo assim, assumimos o discurso ligado a operações, definido por funcionamentos, constituindo um recorte do real, não sendo possível compreender o que diz sem compreender a prática de que resulta.

Esta compreensão manifesta que é impossível eliminar do trabalho historiográfico as ideologias que nele habitam e que estão implícitas em cada sistema de interpretação. Essas mesmas ideologias não apenas marcam o lugar do sujeito, mas também perpassam o discurso, possibilitando-o e (re)construindo-o em uma constante. Pensando a História com olhos foucaultianos, compreendemos que os conceitos de história e acontecimento histórico estão profundamente ligados às práticas sociais e, não, a aspectos cronológicos, uma vez que são determinados pelas relações de poder e que é no discurso que os fatos históricos se significam.

Construindo a Análise do Discurso, a História é vista não mais de forma linear, mas descontínua. Gregolin (2004, p. 41) afirma que:

ao lado de Nietzsche, Foucault parte do primado da relação: as coisas só existem por relação, tudo é histórico, tudo depende de tudo (e não unicamente das relações de produção); explicar um objeto consiste em mostrar de que contexto histórico ele depende. Por isso, o discurso é o que realmente é dito, sem que o sujeito saiba que está dizendo outros sentidos do dizer [...] podemos pensar, com Foucault, que a produção dos sentidos é uma luta discursiva travada na trama tênue do tecido histórico de uma sociedade.

Por conseqüência, torna-se imprescindível olhar para a História para compreender os aspectos sócio-ideológicos das condições de produção dos discursos, uma vez que os efeitos de sentido estão intrinsecamente ligados à compreensão do momento histórico. Nesse sentido, o indivíduo é interpelado ideologicamente em sujeito do dizer, e a ideologia lhe confere condição de existência. Na Análise do Discurso, ideologia não consiste na relação do

sujeito com um determinado conjunto de idéias que assume, mas constitui a relação do sujeito com o mundo.

Ideologia e História, necessariamente, são atravessadas pela Memória e, na Análise do Discurso de vertente francesa, tomamos a memória discursiva como uma outra base do tripé que sustenta os pressupostos teóricos do campo de estudo. Ao pensar a memória, assumimos sua estruturação como unidade operadora de discurso que se inscreve na continuidade interna de uma formação discursiva, implicada em uma materialidade discursiva complexa, que recorre ao passado, ao já-dado, como condição para construir o presente.

Quanto à memória, Le Goff (1990, p. 542) ressalta que a “memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural”. Santos acrescenta que a “memória é um monumento de constituição social”³. A memória histórica, por sua vez, vinculada aos enunciados, auxilia a compreender o modo como a memória de uma sociedade é reciclada, reutilizada e re-significada, “resultando desse movimento na história um acontecimento singular” (NAVARRO, 2004, p. 128).

De acordo com Milanez (2006, p. 162), o discurso remete à existência de uma memória discursiva a partir de uma posição determinada, seja no ato de uma escritura ou de uma tomada de posição: “Isso faz com que estabeleçamos o modo material com que uma memória discursiva exista”. Pêcheux (1999, p. 52 - 53) afirma, ainda, que há um jogo de força entre a memória e o acontecimento, pois, ao mesmo tempo que “visa [a] manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula”, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase, o acontecimento discursivo provoca uma interrupção, que desloca e desregula os implícitos da memória, conferindo-lhes efeito de opacidade, que corresponde ao ponto em que a identidade material do implícito é dividida entre o implícito em si mesmo e sua recorrência e re-significância metafórica no acontecimento discursivo. Acrescentamos, também, que o interdiscurso é elemento central na noção de memória discursiva.

Por sua vez, Gregolin (2003) resume que a Análise do Discurso propõe descrever as articulações entre a materialidade dos enunciados, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua circulação através de práticas, seu controle por princípios relacionados ao poder, sua inscrição em um arquivo histórico. Na teoria do discurso, o materialismo concreto implica a instância ideológica existir sob a forma de

³ Conceituação mencionada em aula ministrada no dia 18 de fevereiro de 2005, pelo Professor Doutor João Bôsco Cabral Santos, no Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos, ILEEL/UFU.

formações ideológicas e por isso não há neutralidade entre ideologia e ciência. Sendo a Lingüística implicada pela Ideologia na construção de articulações entre enunciados, o discurso engendrado pelas condições de produção e a História determinante constante, o lugar ocupado pelo sujeito revela relações de poder que lhe conferem status em um jogo de articulações e relações para manter e reproduzir esse status de poder. O lugar social, não sendo homogêneo, mas sempre um lugar de embates, pressupõe à Análise do Discurso de linha francesa instituir o território da História como o campo das formações discursivas e das possibilidades de posições-sujeito.

A apresentação dos conceitos teóricos até então realizada é basilar para o desenvolvimento da proposta de investigação que, uma vez considerado o *corpus*, propiciará a apreciação das regularidades constitutivas do sujeito discursivo e dos efeitos de sentido.

1. DISCURSO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: ENTRELAÇAMENTOS TEÓRICOS

1.1. A História na Análise do Discurso

A história dos pensamentos, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos.

Michel Foucault, 1997

Antes de pensar a História na Análise do Discurso, é necessário considerar as (re)inscrições teóricas e posicionamentos que implicam práxis historiográficas constitutivas pelas quais a disciplina História tem sido revisitada na atualidade. Desta forma, considerar, conforme Certeau (2002), que a relação com o real mudou e o discurso não pode ser desligado de sua produção, uma vez que é a práxis que permite a afirmação do sentido, é perceber o real não somente como resultado da análise, mas também como seu postulado.

Discorrendo sobre o discurso historiográfico, Certeau (2002) propõe que o seu significado constitui-se por estruturas ideológicas ou imaginárias afetadas por um referente que lhe é discursivamente exterior e por si só inacessível. Referenciando Barthes, Certeau (2002, p. 51) reafirma este artifício próprio ao discurso historiográfico como “efeito do real, que consiste em esconder sob a ficção de um ‘realismo’ uma maneira, necessariamente interna à linguagem, de propor um sentido”. Uma vez que a construção do sentido se articula com seu contrário, é através de traços que marcam o que um objeto de análise não é que sua face se constrói. O positivo se constrói por meio do negativo (da negação, do contrário) e adquire valor ao inscrever-se em uma dada formação discursiva e não em outra.

Para a Análise do Discurso, a História constitui um operador teórico, possibilitador de discursos. Foucault (2006b, p. 256) afirma que o fato de se “considerar o discurso como uma *série* de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história”. Sendo assim, ao observar a história como descontínua em sua vivacidade, a noção de descontinuidade como instrumento e objeto de pesquisa está posta como noção teórica na AD. Ao problematizar a noção de história, Foucault afirma que foi a noção de descontinuidade que mudou de estatuto:

Para a história, na sua forma clássica, o descontínuo era simultaneamente o dado e o impensável: o que se oferecia sob a forma de acontecimentos, instituições, idéias ou práticas dispersas; era o que devia ser contornado, reduzido, apagado pelo discurso da história, para que aparecesse a continuidade dos encadeamentos. A descontinuidade era esse estigma da dispersão temporal que o historiador tinha o encargo de suprimir da história. Ela se tornou, atualmente, um dos elementos fundamentais da análise histórica (FOUCAULT, 2000, p. 84).

Constituindo um operador discursivo, Foucault discorre, ainda, sobre a tripla função da descontinuidade:

constitui, inicialmente, uma operação deliberada do historiador (e não mais o que ele recebe, apesar dele mesmo, do material que tem a tratar): pois ele deve, ao menos a título de hipótese sistemática, distinguir os níveis possíveis de sua análise e fixar as periodizações que lhe convêm. Ela é também o resultado de sua descrição (e não mais o que deve ser eliminado como efeito de sua análise): pois o que ele tenta descobrir são os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o limiar de um funcionamento, a emergência de um mecanismo, o instante de desregulação de uma causalidade circular. Ela é, enfim, um conceito que o trabalho não cessa de especificar: ela não é mais esse vazio puro e uniforme que separa por uma só e mesma lacuna duas figuras positivas; ela assume uma forma e uma função diferentes conforme o domínio e o nível nos quais é assinalada (FOUCAULT, 2000, p. 84-85).

A descontinuidade exerce, assim, função primordial para uma compreensão adequada dos processos de descrição/interpretação em Análise do Discurso. Segundo Bauman (2005, p. 49), não há como precisar “quando uma sucessão de eventos chegou ao fim, ou em que ponto termina: a história humana permanece obstinadamente incompleta”.

Além da noção de descontinuidade, noções de ruptura, deslocamento, movência, exterioridade, não-dito são também elementos constituintes dos domínios discursivos. Sobre o não-dito, Certeau (2002, p. 76) acrescenta que é “ao mesmo tempo o inconfessado de textos que se tornaram pretextos, a exterioridade daquilo que se faz com relação àquilo que se diz, e a eliminação de um lugar ou de uma força que se articula numa linguagem”. Dessa forma, o não-dito é o silenciamento perpassado por permissões e interdições a partir de um dado lugar.

Acerca do já-dito na constituição discursiva, segundo Foucault, este constitui uma dispersão de enunciados e sujeitos, e possui uma origem irrecuperável:

mas um “jamais dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não passa do vazio de seu próprio traço. Supõe-se assim que tudo que ocorre ao discurso formular já se acha articulado nesse meio-silêncio que o precede, que continua a correr obstinadamente por baixo dele, mas que ele recobre e faz calar (FOUCAULT, 2000, p. 91).

Uma vez que tudo o que é dito é originário da relação entre uma época e a configuração epistemológica com uma massa de enunciados, faz-se necessário pensar a

determinação histórica que possibilita o aparecimento de enunciados e as relações de implicação, oposição, exclusão, transformação, substituição, apagamento que os inter-relacionam e possibilitam a análise infundável, por meio da qual é possível “tratar a história atualmente como conjunto de enunciados efetivamente articulados, a língua como objeto de descrição e conjunto de relações conectadas ao discurso e os enunciados [como] objeto de interpretação” (FOUCAULT, 2000, p. 68).

Ainda, segundo Foucault, os domínios discursivos não obedecem sempre a estruturas que lhes são comuns com seus domínios práticos e institucionais associados. Eles obedecem, ao contrário, a estruturas comuns a outros domínios epistemológicos, existindo um isomorfismo dos discursos entre si em uma época dada, em um entrelaçamento rédeo com todos os discursos outros que lhe possibilitam existência. Formando-se uns em relação aos outros, os discursos se acumulam em forma de história, no interior da qual o homem se apresenta como ser da linguagem, que somente pode ser analisada em suas propriedades formais desde que se leve em consideração seu funcionamento concreto: “A língua é um conjunto de estruturas, mas os discursos são unidades de funcionamento, e a análise da linguagem em sua totalidade não pode deixar de fazer face a essa exigência essencial” (FOUCAULT, 2000, p. 73).

Certeau acrescenta que

como os utensílios, os provérbios ou outros discursos, são *marcados por usos*; apresentam à análise as *marcas de atos* ou processos de enunciação; significam as *operações* de que foram objeto, operações relativas a situações e encaráveis como *modalizações* conjunturais do enunciado ou da prática; de modo mais lato, indicam portanto uma *historicidade* social na qual os sistemas de representação ou os procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos mas como *instrumentos manipuláveis por usuários* (CERTEAU, 1994, p. 82) (grifos do autor).

De acordo com Robin (1973), o que interessa a Foucault não é o discurso em si, mas as condições de possibilidade do discurso e da prática discursiva:

o objeto [de Michel Foucault] não é constituído pelo discurso, mas pelas *condições de possibilidade* dos discursos, o campo problemático que lhes assinala um certo modo de existência e que faz com que, em determinada época, em determinado lugar, não se diga, não se diga absolutamente qualquer coisa (ROBIN, 1973, p. 93) (grifo da autora).

Por conseqüência, torna-se necessário observar no discurso as regularidades que regem sua dispersão, as práticas que formam os objetos de que falam. O discurso, enquanto prática, instaura um “sistema de relações que não é ‘realmente’ dado a priori; e se tem uma

unidade, se as modalidades de enunciação que utiliza, ou às quais dá lugar, não são simplesmente justapostas por uma série de contingências históricas, é porque emprega, de forma constante, esse feixe de relações” (FOUCAULT, 2007, p. 60).

O discurso, sendo constitutivo de um saber/poder, é regido por coerções de múltiplas ordens (FOUCAULT, 1999). Por consequência, é necessário compreender o discurso como uma série de acontecimentos (e também como acontecimentos políticos) que operam no interior das práticas de poder, “do mecanismo geral do poder” (FOUCAULT, 2006):

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade em que se aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2007, p. 28).

Foucault considera, ainda, que a oposição entre verdadeiro e falso no interior de um discurso é regida pelo modo como a verdade circula, pelas leis que regem o arquivo⁴, pelos efeitos de verdade que são produzidos. E sendo o arquivo o jogo das regras que determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, Foucault (2000, p. 75) afirma que “todo discurso aparece sobre um fundo de desaparecimento de qualquer acontecimento”, ao que Certeau (2002, p. 57) confirma ao dizer que “o ausente é também a forma presente da origem”, que o discurso produz efeitos, não objetos:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam (FOUCAULT, 2006b, p. 229).

⁴ Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2007, p. 147) define um arquivo como: “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas”. Sargentini (2006) elucida que a forma de organização e leitura de um arquivo para Michel Foucault é bastante significativa para a AD, uma vez que, com o objetivo de analisar a irrupção de acontecimentos, a leitura de um arquivo veio substituir, no terceiro momento da AD, a análise de uma formação discursiva.

Sobre a verdade, Foucault (1979) acrescenta que cada sociedade possui um regime de verdade que atribui caráter de verdadeiro ou falso aos discursos por meio de mecanismos de valoração (atribuição de efeitos de poder ao que é aceito como verdadeiro) ou interdição de enunciados. Assim, torna-se necessário observar como se produzem historicamente efeitos de verdade no interior dos discursos. A verdade pode ser compreendida, então, como um conjunto de procedimentos regulatórios tanto para a produção, quanto para a circulação e para a manutenção de enunciados, intimamente ligada a sistemas de poder que a possibilitam e reproduzem. Nestes termos, o autor propõe operar uma tentativa de interpretação, “uma leitura de um certo real” que possa produzir efeitos de verdade, de tal forma a “mostrar que o real é polêmico” (FOUCAULT, 2006b, p. 278, 279).

1.2. O Poder e o Saber

O poder, não sendo nem fonte nem origem do discurso, mas algo que opera por meio do discurso, “já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder” (FOUCAULT, 2006b, p. 253), é uma prática social historicamente constituída, cujo funcionamento equipara-se a uma teia, uma rede de relações não passível de delimitação ou localização determinada. Antes, atravessa toda a estrutura social e se estabelece por meio de micro lutas advindas de micro poderes, isto é, o poder se exerce sobretudo por meio de relações de força.

Segundo Foucault (2006b), cada luta se desenvolve em torno de uma rede particular de poder, como efeito e condições de outros processos, e não de um poder central, único, uma vez que não há, de um lado, o poder e, do outro, algo sobre o qual se exercite o poder. Neste sentido, a compreensão das micro-lutas implica oposições e resistências:

as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte se está em luta (FOUCAULT, 2006b, p. 232).

Ao compreendermos as questões relacionadas à instabilidade das relações de poder, compreendemos o porquê de se estar em luta em toda parte: o poder, possuindo,

intrinsecamente, um caráter relacional, ao sofrer deslocamentos, recuos e avanços, é instaurado por meio de embates. E “é preciso aceitar o indefinido da luta...” (FOUCAULT, 1979, p. 47).

Retomando as relações de verdade/poder e de saber/poder, podemos afirmar que o saber possui uma função social, que o saber é um conjunto de elementos formado a partir de uma positividade⁵, a partir de uma única formação discursiva: “o saber, como campo de historicidade no qual as ciências aparecem, está livre de qualquer atividade constituinte, liberado de qualquer referência a uma origem ou a uma teleologia histórico-transcendental, destacado de qualquer apoio em uma subjetividade fundadora” (FOUCAULT, 2000, p. 118).

Foucault (2003) considera, também, que por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder e que o poder político não está ausente do saber, mas que ele é tramado com o saber, isto é, o saber é possibilitado pelo embate das relações de poder.

Considerando o papel dos intelectuais na rede de poder/saber, historicamente detentores de um saber científico excludente, o autor reitera que o que os mesmos

descobriram depois da recente arremetida é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muitíssimo bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não está apenas nas instâncias superiores da censura, mas que se enterra muito profundamente, muito sutilmente em toda a rede da sociedade. Eles próprios, intelectuais, fazem parte desse sistema de poder; a idéia de que eles são os agentes da ‘consciência’ e do discurso faz, ela mesma, parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se posicionar ‘um pouco à frente e um pouco ao lado’ para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do ‘saber’, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do ‘discurso’ (FOUCAULT, 2006b, p. 39).

Sobre o saber, Certeau (2002) considera o conhecimento como um instrumento de unidade e diferenciação que recorta e isola um nível social e que o novo não está nas divisões advindas dos recortes produzidos pelos *corpus* de conhecimento, mas do fato de que um saber constitui uma forma, uma maneira de as colocar, de as manter ou de as trocar. Para Foucault (1979), é o saber que possibilita o recorte e instaura a ruptura. Fonseca (2003, p. 35) considera, também, que “se, por um lado, não há um saber neutro, ou seja, desvinculado do

⁵ Por positividade compreenda-se o conjunto de condições por meio das quais uma prática dá lugar a enunciados parcial ou totalmente novos, fornecendo-lhes condições de realidade, e através dos quais pode ser modificada, constituindo, assim, um *a priori* histórico (FOUCAULT, 2007). É o poder que produz, que desloca, que incita. São as positividades que regulam as formações discursivas.

jogo das relações de poder, por outro, essas relações se constituem e se efetuam conjuntamente com a produção de saberes a elas relacionados”.

Em síntese, ao considerar as relações de poder/saber/resistência, é indispensável considerar que não existe poder sem resistência, sem saber político, que estas instâncias são necessariamente relacionais, que se exercem reciprocamente. O poder, dissipado nas micro-instâncias, sofre deslocamentos e é perpassado por discursos que o possibilitam, instaurando efeitos de sentido e de subjetividade.

1.3. A Memória Discursiva

Para Foucault, uma vez que a “análise do pensamento é sempre *alegórica* em relação ao discurso que ela utiliza” (FOUCAULT, 2000, p. 92, 93) (grifo do autor), torna-se ímpar reconhecer que o saber implica memória discursiva. Não o saber como soma de conhecimentos, mas como “o conjunto de elementos (objetos, tipos de formulações, conceitos e escolhas teóricas) formados a partir de uma só e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária” (FOUCAULT, 2000, p. 110).

Em relação à noção-conceito de formação discursiva, Guilhaumou (2007) esclarece que esta se complexifica ao sofrer deslocamentos nos trabalhos concretos dos historiadores do discurso com base nas noções de efeito de conjuntura, acontecimento e de estratégia discursiva, validando o conceito de transvaliação imanente⁶.

Gregolin, retomando Pêcheux, acrescenta que o conceito de formação discursiva implica a distinção entre língua (lugar material em que se realizam os efeitos de sentido) e processos discursivos, rumo à heterogeneidade constitutiva dos discursos. A essa heterogeneidade constitutiva, refere-se a discursividade enquanto um acontecimento, no qual “não se deve perder de vista o fato de que o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece co-relações, deslocamentos, vizinhanças” (GREGOLIN, 2007, p. 167).

⁶ Segundo Guilhaumou (2007, p. 106): “Transvaliação no sentido em que valores de emancipação se transmitem no interior mesmo do deslocamento da noção de formação discursiva para seu esgotamento conceitual. Imanência na medida em que o gesto constitutivo da análise de discurso, sua inscrição na materialidade da língua, se faz sempre presente”.

Considerando que as formações discursivas apresentam delimitações instáveis, Gregolin (2007, p. 159) propõe pensar a formação discursiva “como ‘fronteiras que se deslocam’, cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva”. Para a autora, a questão que se coloca de uma formação discursiva estar permeada por uma memória discursiva vai tratar, então:

de inserir no coração da noção de FD a problemática da memória cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados. Articulado a essa tese fundamental do papel da memória, todo um conjunto de noções foucaultianas é integrado ao conceito de FD (acontecimento, práticas discursivas, arquivo, etc.) fortalecendo a idéia de uma articulação dialética entre singularidade e repetição, regularidade e dispersão (GREGOLIN, 2007, p. 159).

Quanto à possibilidade de uma memória traduzir uma lembrança, conforme citação acima, o que se observa não é o acionamento de uma lembrança, mas de um saber emancipatório socialmente construído que interpela o sujeito. A lembrança diz respeito à memória individual de fatos possivelmente vividos, conceituação muito restrita para a Análise do Discurso. A esse respeito, Pêcheux (1999, p. 50) afirma que a memória não é individual, mas que estabelece sentidos “entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”.

A memória, para a AD, é necessariamente um espaço de fronteiras moventes, de deslocamentos, rupturas, retomadas, constituída por conflitos de regularização, que possibilita que um acontecimento histórico venha a se inscrever numa continuidade interna de uma formação discursiva. Cada enunciação reconstrói, re-significa a memória que, por sua vez, constrói o discurso: “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer, a retomada e a circulação do discurso” (ACHARD, 1999, p. 17).

Certeau esclarece que

o fragmento que vai sair desse fundo [o invisível tesouro da memória] só pode ser insinuado numa disposição imposta de fora, para mudá-la em harmonia instável, bricolada. Sob a sua forma prática, a memória não possui uma organização já pronta de antemão que ela apenas encaixaria ali. Ela se mobiliza relativamente ao que acontece – uma surpresa, que ela está habilitada a transformar em ocasião. Ela só se instala em um encontro fortuito, no outro (CERTEAU, 1994, p. 162).

Sobre a conceituação de memória discursiva, julgamos tanto mais apropriada quanto completa a conceituação apresentada por Courtine:

o que entendemos pelo termo “memória discursiva” é distinto de toda memorização psicológica do tipo daquela aos quais os psicolinguístas se dedicam enquanto produção [...] A noção de memória discursiva concerne à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos, ela visa [a]o que Foucault (71, p. 24) destaca a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, discursos que estão na origem de um certo número de atos novos, e falas que as retomam, as transformam, são ditas, permanecem ditas e restam ainda a dizer (COURTINE, 1981, p. 52).

Em se tratando de memória discursiva, faz-se necessário ressaltar alguns conceitos basilares para a compreensão de uma metodologia da construção dos sentidos: a) é na ordem do discurso que tanto o saber quanto o apagamento são produzidos; b) memória e esquecimento (apagamento) são elementos absolutamente indissociáveis; c) é a memória coletiva que organiza os enunciados, de forma a possibilitar-lhes recorrência, anulação ou desaparecimento.

Nesse entremeio, o interdiscurso emerge como categoria ímpar: Courtine (1999, p. 20) enfatiza que a formação do pré-construído no desnivelamento interdiscursivo, a citação e recitação possibilitam aos objetos de discurso adquirir “sua estabilidade referencial no domínio de memória como espaço de recorrência de formulações”. Considerando o interdiscurso como ferramenta operatória na construção de discursos, este se apresenta tanto “como preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável [...] como oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção ocasiona um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do reformulável” (COURTINE, 1999, p. 20, 22).

Acerca da construção dos sentidos, é mister enfatizar que os discursos são atravessados tanto pelo espaço da manipulação das significações estabilizadas quanto pelo espaço das transformações do sentido. Sobre este cruzamento discursivo, Gregolin (2007, p. 163 - 164) afirma que

são procedimentos discursivos que trabalham a memória e fazem esses enunciados integrarem-se a redes de outras formulações e constituírem outros trajetos de sentidos. [...] Cruzam-se, aí, o novo e o velho, mostrando que os sentidos estão sempre à deriva, no entanto, podem ser compreendidos porque atualizam (isto é, estabilizam/desestabilizam) a memória discursiva. Isto nos mostra que a instalação de novas representações não elide a coexistência dos sentidos tradicionais: como um “nó em uma rede” cada enunciado relaciona-se com outras séries de formulações, com outros trajetos que se cruzam e constituem identidades através da reativação da memória discursiva.

Courtine (1999), retomando Foucault, reforça a existência do enunciado estritamente ligada a uma repetição/apagamento que se refere às condições de existência dos diferentes conjuntos de significantes. Dessa forma, ao pensar os enunciados como espaço de

efeito de poder, o arquivo em sua dispersão de acontecimento e considerando que não há linearidade temporal, mas rupturas em profundidade, algumas perguntas surgem: Quais discursos deslocam a produção de um outro, que não emerge em nenhum outro lugar? Quais elementos da memória discursiva possibilitam a produção de um enunciado em sua estreiteza e singularidade de acontecimento?

Para responder a estas questões, retomamos a noção de arquivo. Possenti (2006) elucidada, acerca do arquivo, que, por meio de um conjunto de textos que retoma, rememora outros textos e acontecimentos, forma-se um arquivo, no interior do qual relações intertextuais e discursivas são desenhadas e posições se materializam, se repetindo ou se apagando. O arquivo, portanto, passa a ser “um lugar onde se torna possível pensar as práticas discursivas de uma sociedade” (SARGENTINI, 2004, p. 91), na indissolubilidade de suas teias discursivas, atravessadas pelas formações discursivas, permeadas pela complexidade da rede de memória que elege ou apaga enunciados.

Tanto Sargentini (2004) quanto Possenti (2006) retomam, para a construção de uma noção de arquivo, a memória discursiva em funcionamento, o que renova os conceitos de Courtine (1999), confirmando na AD a indispensabilidade do conceito.

2. O SUJEITO DISCURSIVO

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir.

Michel Foucault, 2003

Para a compreensão do sujeito discursivo e dos efeitos de sentido que emergem das práticas discursivas nos discursos de resistência político-social durante o regime militar no Brasil, é necessário compreender as mudanças estruturais que transformaram as sociedades modernas no final do século XIX e que, por consequência, imprimiram mudanças profundas nas identidades individuais e grupais.

O sujeito, antes considerado unificado, centrado, estável, passou por uma crise de identidade tanto em nível pessoal quanto em nível de grupo, sofrendo descentramentos, deslocamentos, fragmentação, rupturas que o levaram a um estado de instabilidade e fragmentabilidade, implicando a determinação histórica das identidades e um sujeito “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (HALL, 2006, p. 12), conforme as formações imaginárias constituintes das formações discursivas nas quais o sujeito se inscreve e por meio das quais é representado.

A categoria da contradição constitui um conceito operatório na Análise do Discurso: o que nega e o que busca na constituição do sujeito, o que lhe marca lugar. A contradição é elemento constitutivo das identidades e dos discursos, e a individualização, a seu termo, também é uma produção social e só existe “na relação com”, só é possibilitada “pelo”:

esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 2006, p. 9).

Laclau (apud HALL, 2006, p. 16) considera “uma pluralidade de centros de poder” constituinte das sociedades modernas, atribuindo-lhes ausência de um centro de poder unificado, princípio articulador ou organizador único, de tal forma que as sociedades se tornaram “atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produziram uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos”

(HALL, 2006, p. 17). Para Foucault (1979, p. 34), a identidade é plural, “um sistema complexo de elementos múltiplos, distintos, e que nenhum poder de síntese domina”.

Considerando a cultura nacional um sistema de representações (HALL, 2006), nos interessa pensar o sujeito discursivo inserido no contexto ditatorial brasileiro (e nas formações discursivas imediatas e este contexto) na busca por uma compreensão dos elementos simbólicos que permitem ao sujeito um sentimento de identidade e participação.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades (HALL, 2006, p. 50 - 51) (grifos do autor).

A cultura nacional, sendo uma estrutura de poder cultural, permite pensar a diferença como representação de unidade ou identidade, por meio de um *dispositivo discursivo*, em que as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico (HALL, 2006). Woodward (2000), ao considerar as identidades em conflito, em movimento constitutivo do sujeito e que o fazem deslocar, movimentar-se, nas quais o sujeito não “sabe” que pertence a um determinado lugar, afirma, também, acerca do posicionamento do sujeito, que

as identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem. As identidades que são constituídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo – num mundo que se pode chamar de pós-colonial. Este é um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento (WOODWARD, 2000, p. 25).

Mesmo ao tentar demonstrar uma certa neutralidade, o sujeito revela as inscrições ideológicas e identitárias que o constituem, por meio das quais é possível observar as representações simbólicas que estabelecem individualidades e identidades coletivas. O sujeito, ao falar de um lugar discursivo ideologicamente marcado, e não de outro, revela as relações de poder nas quais está inscrito e as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz. Na AD, essas diferentes vozes, constituintes e constituídas por diversos discursos, apresentam-se socialmente organizadas, possibilitando o estabelecimento de interações sociais com diferentes sujeitos.

Considerando que as formações ideológicas específicas se diferem segundo seu lugar na formação social e que, para a AD, “importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomando um lugar social, histórica e ideologicamente marcado; um sujeito que não é

homogêneo, e sim, heterogêneo, constituído por um conjunto de diferentes vozes” (FERNANDES, 2007, p. 11), o lugar social de onde o sujeito fala nunca é homogêneo, mas um lugar de embates, e é constituído por relações de poder/saber que lhe conferem status, isto é, o sujeito é autorizado a falar de determinado lugar, a partir de uma episteme. Assim, os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos se posicionam e falam, marcando sua posição-sujeito.

Robin (1973) afirma que entre o dizer e a relação de forças existe um jogo de opacidade e, de acordo com sua leitura de Foucault (2007), que a prática discursiva não constitui a atividade livre de um sujeito, mas o conjunto de regras que o envolvem e submetem, a partir do momento em que o sujeito toma parte no discurso. Uma vez que os discursos produzem saberes, e que todo saber modifica o sujeito, que o ser humano tem acesso a si através de saberes – “jogos de verdade” – e que governa a si e aos outros por relações de poder (FOUCAULT, 1979), compreendemos que são nos domínios do saber, do poder e da ética que o sujeito se constitui enquanto sujeito de saber, enquanto sujeito de suas ações.

Foucault afirma que

trata-se, então, de constituir-se e reconhecer-se enquanto sujeito de suas próprias ações, não através de um sistema de signos marcando poder sobre os outros, mas através de uma relação tanto quanto possível independente do *status* e de suas formas exteriores, já que ela se realiza na soberania que se exerce sobre si próprio. Às novas formas de jogo político e às dificuldades do próprio sujeito se pensar como sujeito de atividade entre origem e funções, poderes e obrigações, encargos e direitos, prerrogativas e subordinações, foi possível responder com uma intensificação de todas as marcas reconhecíveis de *status* ou pela procura de uma relação adequada consigo mesmo (FOUCAULT, 1985, p. 92).

Outro aspecto importante nas noções de constituição do sujeito diz respeito à desconstrução do sujeito dado como um *a priori* histórico, preexistente e portador de sentidos, o que reafirma o seu status de dispersão, “seja nos lugares ou nas diversas posições que ocupa quando exerce um discurso, seja ainda na descontinuidade dos planos de onde fala” (FONSECA, 2003, p. 16). Segundo Gregolin (2006, p. 31), o sujeito

está permanentemente envolvido em micro-lutas cotidianas e produzir discursos pressupõe sempre a possibilidade do equívoco, da falha, do deslizamento dos sentidos. A *resistência* surge dessa possibilidade de o sentido ser outro, da possibilidade de o sujeito deslocar-se e fragmentar-se em várias posições, de agenciar a memória (grifo da autora).

2.1. O sujeito e a constituição identitária

O que constitui socialmente o sujeito, isso nos escapa: sua fala está acima das convenções do dizer. Falar é ser-se estranho. Ele não se sabe. Portanto: dizer eu é me dizer já duplo, é me desejar duplo – liberação de uma alteridade.

Lourival Holanda, 1993

Segundo Woodward (2000) é por meio das representações, das práticas de significação e dos sistemas simbólicos que os significados são produzidos e que o sujeito se posiciona conferindo sentido à experiência. Ao que Foucault (2003) reafirma ao considerar a constituição histórica de um sujeito de conhecimento, isto é, traspassado por práticas de saber/poder, constituído por meio de um discurso tomado como um conjunto de estratégias de práticas sociais.

Contrariando o cogito cartesiano, no qual o sujeito é completo, senhor e criador de seus atos, consciente de si, livre e autônomo, pensamos o sujeito deslocado, sofrendo rupturas constantes, descentrado, descontínuo, plural, fragmentado, composto por várias identidades contraditórias, inacabadas, que lhe conferem confronto, desconcerto, multiplicidade, “constituído por longos, árduos e conflituosos acontecimentos discursivos, epistêmicos e práticos” (FOUCAULT, 2003, p. 89), representado por modos de objetivação e subjetivação.

Os modos de objetivação e subjetivação são sempre em relação à constituição do indivíduo e ocorrem de maneira conjunta. Os modos de objetivação fazem parte dos estudos das práticas culturais que tendem a fazer do homem um objeto, ou seja, estudos que mostram como as práticas disciplinares constituem o indivíduo moderno em objeto dócil e útil, enquanto os modos de subjetivação buscam compreender as práticas culturais que fazem do homem um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria (FOUCAULT, 1984).

Primeiramente, é preciso pensar em uma crise do sujeito, ou ainda, da subjetivação, em uma dificuldade relativa às formas pelas quais o indivíduo pode se constituir em um “sujeito moral de suas condutas, e nos esforços para encontrar na aplicação a si o que pode permitir-lhe sujeitar-se a regras e finalizar sua existência” (FOUCAULT, 1985, p. 101). Milanez (2004, p. 184) acrescenta à compreensão dos processos de subjetivação que estes se formam ao redor de três eixos congruentes: “a) um ser-saber, determinado pelas duas formas que assumem o visível e enunciado num momento marcado; b) o ser-poder, determinado nas

relações de força, variáveis de acordo com a época; c) o ser-si, determinado pelo processo de subjetivação”.

Dessa forma, percebe-se a existência de uma exterioridade agindo na produção da subjetividade que objetiva o indivíduo em sujeito, implicada nas condições sócio-históricas de produção dos discursos por meio dos quais os sujeitos se constituem, seja através dos processos de formação dos saberes, pelos sistemas de poder reguladores de práticas ou pelo cuidado de si, ou seja, pelas formas através das quais os indivíduos se reconhecem como sujeitos.

Foucault afirma também que todos os tipos de sujeição são fenômenos derivados de outros processos econômicos e sociais e que o “que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação” (FOUCAULT, 1985, p. 243). O poder coloca em jogo relações entre indivíduos nas quais “alguns” exercem um poder sobre os outros por meio do uso de “estratégia de poder” que, por sua vez, compreende a “estratégia própria às relações de poder na medida em que estas constituem modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros” (p. 248).

Uma vez que as relações de poder implicam relações discursivas, o estudo das relações de poder entre os sujeitos se torna ímpar. E, como afirma Fonseca (2003, p. 28): “não se trata de analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, mas de pensar nas relações de poder a partir do confronto das estratégias de poder/resistência”.

Compreendendo que o sujeito é constantemente produzido pelo que lhe é exterior, a interpretação do sujeito, segundo Foucault (1985), é uma análise do processo constitutivo dele próprio, na medida em que é chamado para constituir-se como sujeito ético e moral. Ainda em uma visão foucaultiana de sujeito, o que importa é o sujeito constituído na trama histórica sobre a base de determinações que lhe são exteriores, não psicológicas, perseguindo uma identidade vazia, não-fixa e nunca terminada, objetivando-se por meio de práticas de poder/saber e técnicas de si num jogo de verdade. A questão da produção histórica das subjetividades refere-se, então, à incessante construção e reconstrução de si, do deslocar constitutivo contínuo da subjetividade numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes. A produção histórica das subjetividades pertence

ao mesmo tempo, à descrição arqueológica da constituição de um certo número de saberes sobre o sujeito, à descrição genealógica das práticas de dominação e das estratégias de governo às quais se pode submeter os indivíduos, e à análise das técnicas por meio das quais os homens, trabalhando a relação que os liga a si mesmos, se produzem e se transformam (REVEL, 2005, p. 85).

Ao tratarmos de questões relativas à identidade do sujeito, adentramos ainda mais o terreno das movências, da não-fixidez, da transformação constante, da fragmentação, da pluralidade de faces (identidades) historicamente produzidas, do sujeito vivenciando a ilusão necessária da segurança na busca de si, em batalha constante pela construção de si. A identidade aparece, então, como algo pelo qual se luta, operando por pertencimentos, inclusões e exclusões. O sujeito, inscrito no social, transita pelo espaço dos embates, da diferença, da fluidez, da luta pela construção identitária.

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 7).

Hall afirma também que a identidade do sujeito pós-moderno, historicamente definida, torna-se a “celebração do móvel”, em contínua transformação por meio das representações e interpelações nos sistemas culturais e que o sujeito assume identidades de acordo com as relações sociais nas quais se inscreve. Por esse motivo, Hall discorre sobre processos de identificação por meio dos quais o sujeito se significa e afirma que “o significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (HALL, 2006, p. 41).

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros* (HALL, 2006, p. 39) (grifos do autor).

Ainda segundo Hall,

é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor, a questão da *identificação*, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez das práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar – volta a aparecer (HALL, 2000, p. 105) (grifo do autor).

O autor considera, também, que a abordagem discursiva percebe a identificação como um processo de articulação simbólica nunca acabado, sempre em construção, marcado pela falta, que reclama o exterior que o constitui. A produção das identidades se dá, então, pela diferença, inclusive pela diferença do “mesmo/de si”, na qual o significado é diferido ou

adiado, nunca completo, não fixo, sempre deslizante. Ao que Bauman (2005) complementa ao afirmar que uma identidade coesa, acabada, implicaria inflexibilidade.

Nesse sentido, a noção de sujeito discursivo está diretamente relacionada aos processos de produção e transformação constantes tanto das identidades quanto das subjetividades na prática discursiva, de tal forma a revelar as diferentes inscrições histórica e ideologicamente marcadas constitutivas do sujeito. Considerando a identidade como relacional, marcada pela diferença, sustentada pela exclusão, pela exterioridade que lhe é constitutiva, pela intrínseca movência em contradição constante com a busca pela estabilidade, pelo sentimento de pertença, Bauman (2005) afirma que a idéia de identidade nasceu da crise do pertencimento, da necessidade de sentir-se pertencer a um grupo social, a um Estado:

tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. Em outras palavras, a idéia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa (BAUMAN, 2005, p. 17).

Ainda para Bauman (2005), a constituição da identidade pertence a um processo de luta constante entre a dissolução e a fragmentação, entre intenções includentes que se misturam, que complementam intenções de segregação, de exclusão, sendo o campo de batalha o lar natural da identidade, no qual os sujeitos sofrem constantes processos de moldagem, sendo-lhes negado o direito de fixar-se a uma única identidade: “a idéia de que nada na condição humana é dado de uma vez por todas ou imposto sem direito de apelo ou reforma – de que tudo que é precisa primeiro ser ‘feito’ e, uma vez feito, pode ser mudado infinitamente – acompanha a era moderna desde o início” (BAUMAN, 2005, p. 90) e, nesse sentido, o conceito de identidades fixas, rígidas, inegociáveis, não funciona na era moderna: “a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas” (p. 22).

Woodward (2000) complementa que só é possível compreender os significados envolvidos nos processos de representação identitários caso sejam conhecidas as posições-de-sujeito que os significados produzem e como os sujeitos se posicionam em seu interior. Considera que toda e qualquer prática de significação envolve relações de poder, que demarca os incluídos e os excluídos, e que “a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e

ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (WOODWARD, 2000, p. 18).

Acerca das relações entre identidade e discurso, Hall sintetiza ao afirmar que

é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica [...] o termo “identidade” [significa] o ponto de encontro, o ponto de sutura entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000, p. 109, 111 - 112).

Sobressai, nessa compreensão, a constituição de uma identidade social enquanto ato de poder, uma vez que é no interior de jogos de poder que as identidades asseveram unidade e exclusão. Por conseqüência, é necessário pensar a identidade discursivamente constituída e a subjetividade como forma de subjetivação. Segundo Navarro (2004, p. 113), “é o discurso que determina o que o sujeito deve falar, é ele que estipula as modalidades enunciativas. Logo, o sujeito não preexiste ao discurso, ele é uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações que irá determinar o que dizer, quando e de que modo”. Sobre a natureza heterogênea constitutiva da linguagem e dos sujeitos, Fernandes (2007, p. 38) afirma que “o sujeito e o discurso resultam da interação social estabelecida com diferentes segmentos em um mesmo ou em diferentes âmbitos sociais; daí o entrelaçamento de diferentes discursos na constituição do sujeito discursivo”.

Considerando o interdiscurso, Maldidier (2003, p. 51) complementa que: “em outros termos, o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição”, ao que Authier-Revuz (2004) esclarece que todo discurso se mostra constitutivamente atravessado tanto por outros discursos quanto pelos discursos do outro. O outro não é um objeto exterior ao sujeito falante (do qual se fala), mas uma condição constitutiva (para que se fale), o que implica o sujeito não ser fonte primária de seu dizer. O sujeito discursivo não é o centro de seu dizer, mas um sujeito descentrado, fragmentado.

A voz do outro se manifesta, seja através da heterogeneidade constitutiva, condição de existência dos discursos e dos sujeitos, uma vez que o discurso se constitui no entrelaçamento de diferentes discursos dispersos no meio social, ou da heterogeneidade

mostrada, na qual a voz do outro se encontra explicitada no discurso e pode ser verificada na materialidade lingüística.

Para Foucault (2006a), a questão que se coloca refere-se a qual ação do outro é necessária para a constituição do sujeito por ele mesmo. Ou, como anuncia Certeau (1994, p. 110): “todo lugar ‘próprio’ é alterado por aquilo que, dos outros, já se acha nele”. Ou ainda, e mais especificamente sobre o leitor, considera que:

seu lugar não é aqui ou lá, um ou outro, mas nem um nem outro, simultaneamente dentro e fora, perdendo tanto um como o outro, misturando-os, associando textos adormecidos mas que ele deserta e habita, não sendo nunca o seu proprietário. Assim, escapa também à lei de cada texto em particular, como à do meio social (CERTEAU, 1994, p. 270).

Uma vez que a língua é constituída pelo que lhe é exterior e as materialidades um dos elementos possibilitadores de subjetividades e identidades, língua e sujeito apresentam uma relação constitutiva constante. Falar uma língua implica entrar na esfera do social e inserir-se em discursos diversos, em epistemes diferenciadas. Admitindo o universo discursivo como instância não logicamente estabilizada, em cujo espaço movente a contradição é elemento constitutivo das identidades e dos discursos e, sendo o funcionamento destes o possibilitador da construção das identidades, torna-se clara a existência de uma rede, de uma cadeia, de entrelaçamentos constitutivos e constituintes do sujeito e dos discursos, numa busca constante por uma completude ilusória, mas absolutamente necessária à manutenção da busca pela estabilidade.

Pêcheux (1997) propõe uma teoria não-subjetivista da subjetividade, na qual a ilusão de autonomia constitutiva do sujeito implica um sujeito autônomo e, ao mesmo tempo, um sujeito assujeitado⁷ a discursos que se relacionam com seu outro, um outro plural, constituído por práticas que representam a realidade social. Nesta linha de raciocínio, Pêcheux defende, também, uma teoria materialista dos processos discursivos.

Uma vez que o sujeito é constituído no interior de práticas, objetivado a partir do saber/poder que possibilita subjetividades e cria estratégias de resistência, torna-se ímpar diagnosticar formas de sujeição e conhecer como o poder se exerce: “podemos, então, de agora em diante, afirmar que uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para

⁷ Para Pêcheux (1997, p. 133), uma teoria não-subjetivista da subjetividade designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa “situação” (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva (grifos do autor).

se constituir, contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o ‘sujeito ideológico’ como ‘sempre-já-dado’” (PÊCHEUX, 1997, p. 131). Segundo Pêcheux, o significante pode não representar nada para o sujeito, mas uma vez que o sujeito está inscrito em um movimento universal desde seu nascimento sob a forma de seu nome próprio, o nome próprio não é uma propriedade como os outros, ele designa o sujeito sem representá-lo.

Considerando o movimento contínuo do concreto ao abstrato, Pêcheux (1997, p. 127) anuncia que, tomando como ponto de partida o sujeito concreto individual, situado, “ligado a seus preceitos e a suas noções”, seja efetuado um apagamento progressivo da situacionalidade do sujeito por uma via que o leve a um sujeito universal, “situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos”. Daí memória, história e cultura se inter-relacionarem e não se distinguirem, na constituição do sujeito e no funcionamento da linguagem (FERNANDES, 2006).

2.2. O sujeito e o discurso de resistência

As resistências possuem um caráter relacional, da mesma forma que os mecanismos de poder.

Márcio Fonseca, 2003

Questões relacionadas a estratégias de resistência ocupam um lugar de destaque neste trabalho, como pode ser observado no próximo capítulo – 3. **Análise de canções** - uma vez que o estudo analítico-interpretativo dos sujeitos que se constituem por meio de discursos de resistência e de poder/saber nas canções do *corpus*, marcadamente discursos provenientes de resistência à censura política, implicam posições-sujeito que sofrem silêncio/silenciamento forçado e que, por sua vez, têm muito a dizer e a mostrar-se.

Uma análise discursiva historicamente constituída, por consequência, considera os discursos permitidos e proibidos nos quais os sujeitos se inscrevem. E se não houvesse feixes de relações de poder, também não existiriam relações de resistência, verdadeiras relações de força em exercício:

as forças que se opõem não teriam um objeto ou sujeito determinados, mas definir-se-iam pela oposição de ações contra ações e de discursos contra discursos. Como um correlato imediato da descentralização dos locais onde as relações de força se manifestam, aparece a idéia da descentralização dos locais de resistência às relações. Não havendo um local privilegiado para a manifestação do poder, não há também um local específico de resistência. Ela se multiplicaria em tantos locais quantos fossem os locais de afetação das relações de poder (FONSECA, 2003, p. 34).

A importância deste fato se deve “exatamente à compreensão da capilaridade que as relações de força conseguem desenvolver na sociedade e de como isso é significativo” (FONSECA, 2003, p. 32). Para Foucault, é imprescindível fazer uso das formas de resistência contra as diversas formas de poder como ponto de partida para que o indivíduo se torne sujeito, marcando sua individualidade e ligando-o a sua própria identidade, impondo-lhe uma “lei de verdade”. Foucault (1979, p. 235) afirma também que “há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”.

Dessa maneira, o que Foucault propõe analisar são as relações de poder nas quais o sujeito se inscreve, tendo como centro catalizador as relações de poder que se manifestam por meio de posições de resistência, e os confrontos, embates e lutas que os indivíduos enfrentam para se posicionarem como “sujeitos de direito”. Nesses embates, uma forma clássica de promover o silenciamento é privar o sujeito do direito à fala, do direito ao discurso, à manifestação de seus pensamentos e opiniões, podá-lo de práticas que o constituem como sujeito de seu destino, proprietário de suas escolhas.

Sobre a sociedade feudal, Foucault (2003, p. 64) afirmou: “vencer alguém é privá-lo de suas armas”. O mesmo é válido para a sociedade moderna, considerando que privar alguém de se expressar possui efeito muito semelhante ao de privação de direito a armas no período feudal. As sociedades mudaram, novas armas são utilizadas e o silenciamento, à época da ditadura militar no Brasil, foi um instrumento de repressão largamente utilizado pelo governo na tentativa de emudecer, de fazer calar vozes de resistência ao regime instituído. Seja o silenciamento formal, que não permite dizeres que tragam à luz acontecimentos e disposições contrárias ao regime ditatorial, seja assassinando, tirando a vida de seus opositores, a ditadura militar no Brasil fez amplo uso de estratégias de silenciamento.

Mas as estratégias de silenciamento não são completas em sua essência. Existe uma incompletude constitutiva que diz, que produz efeitos de sentido. Considerando que “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é

uma relação fundamental com o não-dizer” (ORLANDI, 1995, p. 12), o que está dito e o porquê de estar dito de determinada forma e não de outra, expõe o que o texto calou (HOLANDA, 1993).

Considerando que “há silêncio nas palavras” (ORLANDI, 1995, p. 11), Orlandi considera o silêncio como elemento “fundante” dos discursos, uma vez que o silêncio que atravessa as palavras indica um possível sentido outro, “ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz” (ORLANDI, 1995, p. 14). Considera também que é por meio da relação do imaginário com o real que a especificidade da materialidade opaca do silêncio pode ser percebida: “se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem” (p. 23). A autora afirma, também, que

o silêncio que é feito sobre uma certa região de sentidos é carregado de palavras a não serem ditas. E é por isso mesmo que elas significam. Dessa perspectiva, há uma relação ao discurso social que se faz sobre um “já-dito” que não é entretanto um “já-significado”, mas, ao contrário, um dito capaz de outro modo, em silêncio (ORLANDI, 1995, p. 115).

É preciso considerar, por conseqüência, a construção de um texto enquanto espaço de operações de construção de sentidos possíveis, como a construção de certo silêncio que impede o texto de ser mandatário de significações e sentidos acabados. O sistema lingüístico (insuficiente por si só) denuncia o sistema social, histórico e cultural no qual a rede de significações possíveis se inscreve.

Lourival Holanda, acerca do silêncio constitutivo do texto, afirma que

há textos que trazem, sob a forma sucinta, um silêncio essencial. Quando o processo escritural consiste em armar o texto de modo a driblar o que ali apenas aflora de forma velada. [...] Silenciar é dizer por outra via – já que o silêncio potencia o que ali luz, presente, pelo fulgor mesmo de sua ausência (HOLANDA, 1993, p. 17).

Ainda segundo Holanda, a instituição promove um esvaziamento do lugar do sujeito na tentativa de calá-lo: “a exploração do homem tem seu esteio no arrancar-lhe a palavra: emudecê-lo é reduzi-lo a nada; é assim, facilitar o mando – impedindo ao outro a palavra que forja a possibilidade de sonhar outro destino, diverso” (HOLANDA, 1993, p. 42-43). E mesmo que os processos verbais não se originem no sujeito, é nele que se realizam.

Considerando que a censura é um fato discursivo que instaura interdições do dizer e que tanto a censura quanto a resistência trabalham uma mesma região de sentidos, o que é silenciado “tem uma materialidade histórica presente nos mecanismos de funcionamento dos discursos e em seus processos de significação” (ORLANDI, 1995, p. 134).

A censura, ao tentar dominar a “constituição imaginária dos processos de produção dos sentidos” (p. 98), funciona como uma interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, de tal forma a proibir-se certos sentidos e, conseqüentemente, que o sujeito ocupe determinados lugares, determinadas posições sociais.

3. ANÁLISE DE CANÇÕES

3.1. Constituição do *Corpus*

A música brasileira, ao contrário de outras artes, já traz dentro de si os elementos da renovação.

Chico Buarque, 1968

Considerando o *corpus* de análise deste estudo – recortes das canções *Apesar de Você* (1970), *Cálice* (1973), *Acorda Amor* (1974), *O Que Será?* (1976) e *Hino da Repressão* (1985) – tomando como parâmetro teórico as regularidades que perpassam os discursos de resistência que possibilitam a constituição e a emergência do sujeito discursivo e observando as práticas de análise de discurso a partir de um acontecimento discursivo, Gregolin (2007, p. 166) convoca à necessidade de se priorizar a descrição das materialidades discursivas e enfatiza que os processos de descrição e interpretação devem ser simultâneos, “numa espécie de batimento”.

Tomando um enunciado como um acontecimento discursivo e, nesse direcionamento, a canção como um (ou vários) enunciado(s), produzimos uma análise discursiva das canções que compõem o *corpus* deste estudo, considerando a conjuntura sócio-histórica que as possibilita e na qual as canções se inscrevem. Para tal, percebemos a necessidade de observar os pressupostos teóricos da AD em sua relação com a Nova História e sua manifesta interação entre acontecimentos importantes, somados às tendências e às estruturas da vida cotidiana, que possibilitam a construção de sentidos. Assertivamente admitindo que tudo o que é dito é historicamente possibilitado pelas formações discursivas e relações de poder nas quais o sujeito se inscreve, a consideração dos pressupostos supracitados converge para uma análise adequada e pertinente do *corpus*.

Admitindo que o conhecimento não narra o vivido, mas de que constitui-se por representações do real, nos interessa observar na análise que se segue como as condições de produção do discurso possuem determinantes históricos e possibilitam construções de sentido permeadas por regularidades em que a repressão às liberdades é elemento estrutural, considerando a disparidade entre acontecimentos sempre em construção, a instabilidade, as movências, as rupturas, os deslocamentos, as retomadas, os apagamentos constantes de que são constituídos. Gregolin (2006) rememora que a produção e a circulação de enunciados

obedecem a regras sempre sujeitas ao poder; que a existência do poder pressupõe a resistência e, por isso, o discurso é objeto de lutas políticas.

As canções que se apresentam para análise foram elencadas por terem sido utilizadas como canções de protesto, de resistência a um regime ditatorial, e constituem parte de um acervo histórico em que o clima de um tempo é elemento estrutural tanto das letras como das melodias. Chico Buarque, letrista, músico, escritor, empresta ao emaranhado do discurso histórico-cultural brasileiro a sensibilidade de um artista antenado com os acontecimentos de seu tempo, ao ponto de Silva (2004, p. 8) poder afirmar que: “de nenhum outro compositor ou escritor contemporâneo talvez se possa dizer que a história do Brasil, de 1964 até hoje, passa por dentro de sua obra”.

Assim, a criação artística de Chico Buarque não apenas registra a nossa história, como também a revela sob ângulos inusitados, dando voz e vida a personagens antes destituídos de fala no cenário nacional e por intermédio dos quais a “grande história vem sempre repassada pelas pequenas experiências, essas por sua vez reveladoras da vida coletiva de um modo inesperado” (MIGUEL e WISNIK, apud SILVA, 2004, p. 17).

O recorte que se apresenta é parte constituinte de obra extensa e de grande variedade temática que registra a nossa história ao documentar o seu tempo e ao atar a “experiência coletiva aos segredos e abismos da subjetividade de cada um” (SILVA, 2004, p. 8). O autor observa, ainda, que é a “percepção das *nuances* e dos detalhes, o garimpo paciente das palavras, a atenção aos nós inextricáveis que amarram o abismo subjetivo de cada um aos movimentos coletivos” (p. 17) (grifo do autor) que possibilitam entrever, por meio das pequenas experiências relatadas nas canções, a vida coletiva do País.

A canção *Cálice*, composta durante o período de maior repressão e censura, assim como *Apesar de Você*, retrata o desejo de não *beber dessa bebida amarga*, ao fazer referência ao regime político por meio do clamor que o enunciador faz ao *Pai* para que lhe afaste o *cálice*. Historicamente contextualizado, o termo *cálice*, homófona de *cale-se*, pode ser, então, compreendido pelo silenciamento imposto pelo regime ditatorial.

O sujeito enunciador, ao solicitar que lhe seja afastado o *cálice*, demonstra, também, o desejo do fim de um regime (*porca*) *desumano*, que tinge de *sangue*, fazendo uso da *força bruta*, a *cidade*. A canção foi censurada na hora do show Phono 73, mesmo depois de ter a letra publicada em jornal, e em uma tentativa de tocar a melodia no show, a própria gravadora ordenou que fosse cortado o som dos microfones de Chico Buarque e Gilberto Gil: “Para que ninguém **ouvisse** ‘cale-se’, a censura levou aquelas três mil pessoas presentes ao

show a **verem** o ‘cale-se’ dramaticamente concretizado nos microfones calados” (MENESES, 1980, p. 7) (grifos da autora) – era a manutenção do silenciamento.

O mesmo silenciamento renitente em *O Que Será?(À Flor da Terra)*, que abre o álbum *Meus Caros Amigos*, de Chico Buarque de Hollanda, produzida em parceria com Milton Nascimento em 1976, em que a falta de liberdade pode ser observada nos versos *Que andam sussurrando em versos e trovas/Que andam combinando no breu das tocas*, canção na qual o sujeito enunciador canta a indecência da censura, que não faz sentido/que não tem vergonha/nem nunca terá, que é um verdadeiro inferno. Nesta canção, o enunciador inclui os socialmente excluídos e lhes dá voz, “pondo a nu, assim a negatividade da sociedade” (MENESES, 2002, p. 38): são as *meretrizes*, os *mutilados*, os *embriagados*, os *infelizes*, os *bandidos*, os *delirantes*, cujos *destinos* se encontram - todos sujeitos ativos em uma realidade incerta: *O que não tem certeza/Nem nunca terá!/O que não tem concerto* – submetidos a um *governo que não tem juízo*, que lhes ignora.

Em *Apesar de Você*, canção que se transformou em uma espécie de hino de resistência ao Ato Institucional Número 5 (AI-5)⁸ por suscitar a consciência da repressão, (MENESES, 2002), o enunciador denuncia de maneira crítica o estado presente: *A minha gente hoje anda/Falando de lado e olhando pro chão* e preconiza um libertador e vingativo futuro próximo em sua dimensão histórica: *E eu vou morrer de rir/ E esse dia há de vir/ antes do que você pensa*.

Complementando-se de maneira notável, letra e melodia evidenciam a voz do coro que, por sua vez, ao ganhar força e fôlego pela repetição de *Apesar de você/amanhã vai ser outro dia*, reforça o enunciado que prenuncia o futuro em que *amanhã há de ser outro dia*, de que nada, nem ninguém, pode impedir o *raiar* de um novo tempo, em que não mais vai haver

⁸ Decretado pelo então Presidente Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 atribuía ao Presidente da República a plenitude do poder ditatorial e suspendia os direitos políticos dos cidadãos. Conhecido como o mais cruel dos Atos Institucionais, o AI-5 fechou o Congresso Nacional e conferiu amplos poderes ao Poder Executivo para que legislasse em todas as matérias e exercesse as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios. O Artigo 5º, que implicava a suspensão dos direitos políticos, importava, simultaneamente, em: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado; sendo descrito no Parágrafo 1º que o decreto da suspensão dos direitos políticos poderia fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados (AI-5, O MAIS CRUEL DOS ATOS INSTITUCIONAIS).

o amor reprimido, o grito contido, mas, antes, haverá um *esbanjar poesia*, uma *enorme euforia*, uma mudança certa advir: *Como vai proibir/Quando o galo insistir em cantar?*

A canção, ao passar incólume pela censura prévia, torna-se uma espécie de hino da resistência ao regime ditatorial. Mas, após vender quase cem mil cópias, além de censurada em sua totalidade, assim como *Cálice*, o disco na qual a canção foi lançada foi confiscado das lojas e destruído, além de a fábrica da gravadora fechada.

Acorda Amor é produzida sob a marca do enfrentamento armado ao regime, da violência policial, da delação e da tortura, em que um aparelho repressor poderosamente montado instaura a censura na televisão, nos teatros, nas universidades, com a eliminação quase total da possibilidade de germinar uma cultura crítica (MENESES, 2002), época em que Chico Buarque utilizou o pseudônimo de Julinho da Adelaide em uma tentativa de driblar a censura.

A canção retrata uma ação de prisão em que o enunciador afirma, repetidamente, que ele não é a pessoa a quem a milícia busca, mas um outro, o *ladrão*, ao qual clama que chamem insistentemente. A prisão se passa à noite – *Acorda amor/eu tive um pesadelo agora/eu aqui parado de pijama* – e os policiais, ao chegarem para efetuar a ação de prisão, fazem barulho, *confusão*, com a sirene ligada, *numa muito escura viatura*. O marido adverte a esposa do perigo a que ambos estão sujeitos, da incerteza e da impossibilidade de prever o futuro a partir do momento em que ele adentrar a *escura viatura*.

E é nesse clima de escuridão, de tensão, de insegurança, de direitos políticos e civis negados à população que o manifestar artístico, principalmente da música de protesto, ganha força e aceitação nacional. Com a proibição das atividades políticas a estudantes, professores e servidores administrativos do governo (Decreto 477), a música permite dizeres, abordagens e reformulações que nenhum outro meio de comunicação consegue atingir. É a linguagem da “fresta”⁹.

O último recorte que se apresenta para análise é parte integrante da canção *Hino da Repressão*, também nomeada de *Hino de Duran*, composta para a peça musical *Ópera do Malandro*, de Chico Buarque, dirigida por Luiz Antônio Martinêz Corrêa, que estreou no Rio de Janeiro em julho de 1978, com cortes da censura¹⁰. Em meados dos anos 1980, Ruy Guerra

⁹ "Fresta" faz referência à canção *Festa Imodesta*, que o cantor e compositor Caetano Veloso fez em homenagem a Chico Buarque de Hollanda, na qual o enunciador diz que o sujeito usa a “linguagem da fresta”.

¹⁰ Mais especificamente, a canção *Hino de Duran* foi composta para a versão paulista da peça, remontada pelo mesmo diretor no ano posterior (CHICO BUARQUE).

transpôs a montagem do teatro para o cinema, tendo o musical estreado em 1986 e em cuja trilha sonora consta a versão intitulada *Hino da Repressão*.

A *Ópera do Malandro* é um pastiche dos musicais americanos *Três Vinténs* (1928), de Bertold Brecht, e da *Ópera do Mendigo* (1728), de John Gay, apropriados com ironia por Chico Buarque em sua função-autor, focalizando a fase final do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45) para aludir ao regime ditatorial militar.

Na canção *Hino da Repressão*, a repressão e a tortura são tratadas de maneira explícita: *Se no teu distrito/Tem farta sessão/De afogamento, chicote/Garroto e punção*, revelando realidades constantes no cenário ditatorial.

Em uma visão mais abrangente, segundo o jornalista Tárík de Souza: “como ocorreu na política e na economia, o AI-5 mudou o curso da MPB. A violência institucional quebrou a espinha da chamada linha evolutiva que partia da Bossa Nova em direção à política estética da era dos festivais e da canção de protesto” (ZAPPA, 1999, p. 103). Assim como Chico Buarque, cuja parte da produção artística “chegou ao público mutilada pela censura e algumas criações simplesmente morreram nas gavetas da ditadura” (SILVA, 2004, p. 70), muitos outros artistas tiveram obras censuradas parcialmente ou na íntegra¹¹, foram vigiados pelos censores, observados em seus mínimos movimentos. Em casos mais extremos, dos quais Chico se livrou, apesar de seu exílio voluntário na Itália e na França, esses artistas-contraventores foram presos, exilados, expatriados, banidos.

Quanto à forma de apresentação das canções do *corpus*, optamos por não expô-las em ordem cronológica de produção, mas pelo viés de interpelação gerador de efeitos de sentido: primeiramente, a canção *Cálice*, que representa o ápice da ditadura, do “danar-se” mesmo se o sujeito permanece em silêncio – *na calada da noite eu me dano* – é o silenciamento imposto. Já em *O Que Será? (À Flor da Terra)*, a segunda canção do recorte, existe alguma possibilidade do dizer, do questionar: *O que será/Que andam sussurrando/ E gritam nos mercados? É a canção que prenuncia alguma possibilidade de mudança, uma vez que existe algo que não tem censura/Nem nunca terá!*, que não está sujeito aos desmandos do regime.

Na seqüência, *Apesar de Você* emerge conferindo historicidade aos enunciados proferidos pelo sujeito discursivo, ao afirmar que *Apesar de você/amanhã há de ser outro dia*. É a certeza de um futuro próximo em que as posições ocupadas pelos sujeitos no discurso

¹¹ Documentação interessante sobre o assunto, incluindo entrevistas e fichas oficiais dos órgãos de censura, encontra-se disponível nas páginas online da Censura Musical.

sofrerão uma inversão: *Hoje você é quem manda/Falou, tá falado/Não tem discussão,não/Esse meu sofrimento/Vou cobrar com juros/ Você vai pagar, e é dobrado*. É o anúncio explícito da mudança advir.

Em *Acorda Amor*, em que o silenciar da ditadura inibe o sujeito a qualquer resistência ou questionamento - *E eu aqui parado de pijama/Mas depois de um ano eu não vindo/pode me esquecer*, depreendemos a ditadura em uma ação prática de prisão e a possibilidade real, caracterizada no discurso, de que o sujeito não mais volte a seu lar. Por último, recortes de *Hino da Repressão*, canção que retrata a violência física utilizada pelas instâncias repressivas: é o escancarar dos portões da ditadura.

3.2. Análise do Corpus

É sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce.

Michel Foucault, 1999.

Pensando o sujeito inscrito em relações de poder e constituído por elas, a análise do trecho da canção *Cálice*, a primeira do recorte que se propõe analisar neste estudo, retrata como o lugar social é marcado e confirmado por essas mesmas relações de poder. A canção *Cálice* (1973), de Chico Buarque de Hollanda e Gilberto Gil, então representante do movimento de protesto, rememora-nos o suplício de Cristo e faz uma interface com o texto bíblico, ao enunciar:

Pai, afasta de mim esse cálice.

Diante da traição à qual está sujeito e de sua conseqüente morte advir, Jesus Cristo clama ao Pai que lhe afaste o *cálice*, metáfora da morte, de algo que não se deseja para si. Na canção, o *cale-se*, verbo imperativo, é representado pelo *cálice*, objeto sagrado, remetendo ao silêncio forçado, imposto pela ditadura. Após cada repetição do vocábulo *cálice*, há a interrupção da melodia em prol do silêncio, construindo a atmosfera repressiva de silenciamento, do não-dizer que diz, e muito, por si próprio. O vocábulo em questão, sempre repetido com rigor, com autoridade, remete, em alguns momentos, a um grito de ordem: Cale-se! O que Braga-Torres (2002, p. 4) confirma: “a música cria uma atmosfera religiosa inicial,

com coral e acordes de órgão, mas aos poucos o caráter profano domina e o grito sufocado começa a surgir, com o aumento do volume de voz e do coro, que repete insistentemente a palavra *cálice* (homófono de *cale-se!*)”.

O dismantelar da atmosfera religiosa possibilita o trânsito do sagrado para o profano, tirando da pessoa de Cristo e do beber do *cálice* as atenções e as remetendo ao povo, ao sujeito comum, ao profano, ao não religioso, cujo grito é sufocado pela ordem: *cale-se!* O intertexto da música com o texto bíblico é também marcado no verso:

de vinho tinto de sangue

no qual o sangue constitui elemento representativo da morte, do suplício de Cristo. Na repressão aos opositores ao Regime, muito sangue foi derramado, perseguição, traição, tortura e extradições sem precedentes, como pode ser verificado nos registros da História do período. A análise dos versos:

Esse silêncio todo me atordoa
E atordoado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

permite-nos observar que, a partir da concepção foucaultiana de que as relações de poder são mecanismos produtores de idéias, palavras e ações (FONSECA, 2003), torna-se necessário analisar os procedimentos do poder em torno dos mecanismos de repressão e dominação. No verso: *Esse silêncio todo me atordoa*, percebe-se o sujeito discursivo em estado de quem se cala, que se abstém de falar, que não produz ruídos ou barulho, perpassado por um silêncio que atordoa. O silêncio, a ausência do direito à fala, à expressão do pensamento, são tão rigorosos que atordoam o sujeito. Afirmamos ainda que o silêncio se faz tão marcante, tão forte, que provoca ruídos internos, interiores, incômodos, subjetivos.

O sujeito atordoado possui os sentidos perturbados, confusos, aturdidos. Interessante notar que estes seriam efeitos conseqüentes da ingestão de álcool, do *cálice de vinho*, mas o contexto não nos permite essa leitura, revelando que o *silêncio* é a fonte única de todo o atordoamento. No contexto ditatorial de cerceamento à liberdade, podemos ler o atordoamento possivelmente causado (ou ameaçado) pela força bruta advinda dos Aparelhos Repressores do Estado:

Como beber dessa bebida amarga
 Tragar a dor, engolir a labuta [...]
 Tanta mentira tanta força bruta

A força repressora que silencia também pode ser compreendida pelo medo e pelo uso de pancada, coronhada e tortura. Como afirma Viegas (2004, p. 211):

havia, sim, muito medo. Por esse medo, muitas pessoas de honestidade inquestionável e críticas em relação ao regime evitavam a simples troca de idéias em que o tema fosse político. Sob este aspecto, a ditadura houvera obtido sua principal vitória: conseguiu reduzir as pessoas ao conformismo, à apatia política, à sobrevivência pura e simples.

Mas o silêncio tortura o sujeito do discurso e o deixa aturdido como se recebesse uma coronhada na cabeça. E seu eco estonteia, abala, causa assombro, medo. Porém o estado de sujeito silenciado pelas relações de poder, bebendo *dessa bebida amarga*, não o impede de estar atento, prestando atenção, observando atento, ponderado, conforme se verifica no verso:

E atordoado eu permaneço atento
 Na arquibancada

O que, em um primeiro momento, poderia ser visto como contradição: - Como um sujeito atordoado pode permanecer atento? – é compreensível discursivamente, se levarmos em consideração as complexas relações de poder/resistência nas quais o sujeito se inscreve. O sujeito silenciado retrata a ação do que Foucault denominou o “poder disciplinar” produtor das sociedades modernas, na qual “o exercício do poder se verifica dentro dos limites de um direito de soberania e de um mecanismo de disciplina” (FONSECA, 2003, p. 38), mecanismos constitutivos do poder em nossa sociedade.

Ao permanecer na *arquibancada*, lugar social de onde se assiste aos acontecimentos, assumindo o lugar de expectador, mesmo que, em algum momento ou, de alguma forma, participante ou conivente, principalmente por constituir um elemento silente de resistência, o sujeito reforça e dá continuidade ao estado latente de silenciamento imbricado na memória. Fonseca (2003, p. 34) acrescenta que: “não havendo um local privilegiado para a manifestação do poder, não há também um local específico de resistência. Ela se multiplicaria em tantos locais quantos fossem os locais de afetação das relações de poder”. E o sujeito permanece na *arquibancada*:

Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

Por intermédio da memória discursiva, o *monstro da lagoa* pode ser tomado pelo *monstro de Loch Ness*. Também conhecido por *Nessie*, o monstro é uma criatura aquática, uma espécie de serpente ou réptil marinho, semelhante ao plesiossauro, um sauropterígeo pré-histórico, animal parente dos dinossauros, extinto desde o Mesozóico, de grandes dimensões, com um pescoço grande em relação à cabeça, que se deslocava com a ajuda de enormes membros em forma de barbatana, que alegadamente foi vista em Loch Ness (Lago Ness), nas Highlands da Escócia e que, durante séculos, tem alimentado mitos sobre sua existência¹².

Uma vez que o novo não está no acontecimento em si, mas em sua volta, na repetição de um enunciado re-significado (FOUCAULT, 1999), nossa análise permite re-significar o *monstro da lagoa* em *monstro do Lago Ness*. Nesse momento, nossos olhos se voltam para a escolha do vocábulo *monstro*, destacando que as “escolhas lexicais e seu uso revelam a presença de ideologias que se opõem, revelando igualmente a presença de diferentes discursos, que, por sua vez, expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema” (FERNANDES, 2007, p. 19).

A discursivização do *monstro* que surge, *emerge*, amedrontador, enorme, desumano, na conjuntura histórica da época, nos remete a um processo de clivagem, de ruptura, de descontinuidade do acontecimento discursivo, que possibilita, por meio da memória discursiva, saberes que aludem às tropas militares que poderiam surgir ante os olhos assustados, tensos, do sujeito *na arquibancada*, do sujeito expectador *a qualquer momento*.

Segundo Pêcheux (1999, p. 51), a imagem seria um operador de memória social, “comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito”. Nessa realidade, o *monstro* que emerge ou,

¹² Há diversas teorias que tentam explicar a lenda/existência do monstro do Lago Ness. De acordo com a BBC Brasil, a lenda teria ganhado forças nos tempos modernos como estratégia de marketing de um dono de circo, conforme afirma o paleontólogo Neil Clark, curador do Hunterian Museum, da Universidade de Glasgow, na Escócia, que passou dois anos investigando o mito. Seu estudo sobre o assunto foi publicado na *Geological Society Journal*, da Open University. Para Richard Freeman, diretor do The Centre For Forten Zoology, no leste da Inglaterra, *Nessie* corresponde a uma enguia cientificamente anômala. Relatos, fotografias, filmagens, referências ao monstro em obras culturais e reportagens têm tentado conferir, ou não, veracidade ao mito. Real ou imaginário, o monstro de Loch Ness faz parte do imaginário popular e da cultura da Escócia e do resto do mundo ocidental, permeando as mentes e permitindo construir intertextualidades as mais diversas (BBC BRASIL, UOL NOTÍCIAS, THE CENTRE FOR FORTEAN ZOOLOGY).

em outras palavras, as tropas militares, não constituem mitologia, mas o uso da mitologia possibilita uma construção metafórica na linguagem musical.

O uso do verbo de ação *emergir* traz à memória, no discurso, o *monstro* que surge “do nada”, desfazendo a situação de calma, uma vez que a emergência a partir da água da lagoa implica movimentação considerável da mesma. Nesse “eco”, retomando Courtine (1981), um ajuntamento de tropas militares poderia tomar corpo e, como o *monstro*, surgir rapidamente, se impôr ameaçador, conferindo movimentação à cena. Em abril de 1968, no Rio de Janeiro:

a ocupação militar da cidade começou às 22h30min, quando 1.200 soldados do 2. Batalhão da Infantaria Blindada chegaram em frente ao Ministério do Exército precedido por cinco carros de combate, oito carros de assalto e dois jipes de comando. Dali, a coluna se deslocou para o Centro e esvaziou logo a Cinelândia. Ao mesmo tempo, 120 praças do Forte de Copacabana se juntavam a 90 soldados da PM e, com metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, fuzis e cassetetes, ocupavam a praça Serzedelo Corrêa (VENTURA, 1988, p. 110).

Por outro lado, quando o *monstro da lagoa* emerge, o fato de assistir à emergência reafirma ao sujeito discursivo um lugar social ideologicamente inscrito, seja de mero espectador inoperante, seja de possibilitar-lhe manter-se na resistência.

Outro fator para ser considerado é a escolha do adjunto adverbial que marca um tempo indefinido: *a qualquer momento*, reforçando a noção de suspense e insegurança que paira no ar do Brasil ditatorial. *A qualquer momento* implica a possibilidade real de um ajuntamento de tropas militares de repressão, o que nos remete a Althusser (1996), quando da distinção de Aparelho Repressivo de Estado e Aparelho Ideológico de Estado, em que o Aparelho Repressivo de Estado constitui-se pelo governo, pelos ministérios, pelo exército, pela polícia, pelos tribunais, pelos presídios, etc., e funciona predominantemente pela repressão:

De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta [...]
De muito gorda a porca já não anda
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta

A memória social reutilizada, re-significa os vocábulos escolhidos e a escolha de *santa* traz implícito o seu antônimo popularmente difundido e reforçado na canção pela articulação sonora, pode ser compreendido por pátria, o que permite a leitura de que *melhor*

seria ser filho de outra pátria, na qual a *realidade* fosse diferente - *menos morta* - em que houvesse menos *mentira*, menos *força bruta*, menor repressão e em que fosse possível *abrir a porta/Essa palavra presa na garganta*, na qual fosse possível a expressão dos sujeitos enquanto portadores de suas próprias opiniões.

A crítica à inoperância, à ineficiência, ao inchaço do governo que reprime o indivíduo comum como forma de se manter no poder, historicamente observada no cumprimento de ordens superiores por parte dos sujeitos militares e civis lotados no baixo escalão, muitas vezes sem posicionamento crítico e sem compreender os porquês das ordens – se é que realmente existem esses porquês, se são justificáveis - pode ser observada nos versos *De muito gorda a porca já não anda/De muito usada a faca já não corta*, em que a linguagem metafórica é mais uma vez utilizada e na qual *porca* re-significada alude ao regime e *faca* que *já não corta* à sua inoperância.

Há determinação do interdiscurso (memória do dizer, lugar da “constituição” dos sentidos) sobre a formulação (a enunciação particular de um dizer). O sujeito, ao “formular” seus sentidos, se inscreve necessariamente no interdiscurso (no já-dito). A formulação é determinada pela memória. E aqui a memória também não é considerada em nível individual mas histórico [...] Todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que o toma em sua rede de significações. É assim que fazemos sentidos. Mas, ao retomá-los, produzimos um deslocamento, empurramo-os para outros lugares” (Orlandi, 1995, p. 149).

A memória discursiva possibilitada no uso do vocábulo *lagoa* nos remete a Foucault (2007) em seu questionamento sobre o surgimento de um discurso e não de um outro em seu lugar. Por que *lagoa* e, não, lago? Mesmo cientes dos processos de composição da canção como um todo único, no qual melodia e verso se complementam, com toda a riqueza de possibilidades de interação entre nota e rima, nossas inferências analítico-interpretativas nos levam à compreensão de que a escolha do vocábulo *lagoa* faz menção à Lagoa Rodrigo de Freitas¹³, situada na cidade do Rio de Janeiro, palco de manifestações populares duramente reprimidas durante o regime militar:

não somente os estudantes, mas o povo lutou contra a polícia durante quase 10 horas no episódio que ficou conhecido como **sexta-feira sangrenta**. O centro do Rio de Janeiro viveu momentos de violência generalizada deixando um saldo de 23 pessoas

¹³ A Lagoa Rodrigo de Freitas é uma lagoa de água salgada que se liga ao mar através do canal do Jardim de Alá, separando o Leblon de Ipanema, constituindo uma das principais atrações turísticas da cidade do Rio de Janeiro. Possui um espelho de água com 2,4 milhões de metros quadrados de superfície, em que são praticados esportes aquáticos (DYSCOVERY BRASIL, 2007).

baleadas, quatro mortas, muita gente ferida, intoxicada, espancada ou amontoadas na prisão do DOPS¹⁴.

E ainda:

as barricadas de maio de Paris talvez não tenham causado tantos feridos quantos a “sexta-feira sangrenta” do Rio, para citar apenas um dia de uma semana que ainda teve uma quinta e uma quarta quase tão violentas. Nesse dia, quando o povo – não só os estudantes – resolveu atacar a polícia, o Centro da cidade assistiu a uma seqüência de batalhas campais como nunca tinha visto antes e como não veria nos 20 anos seguintes. Nos seis governos militares pós-64, incluindo a Junta, foi o que mais se pareceu com uma insurreição popular. Durante quase dez horas, o povo lutou contra a polícia nas ruas, com paus e pedras, e do alto dos edifícios, jogando garrafas, cinzeiros, cadeiras, vasos de flores e até uma máquina de escrever [...] No DOPS, à noite, amontoavam-se cerca de mil presos [...] o relato dos jornais no dia seguinte tinha a dramaticidade de uma cobertura de guerra (VENTURA, 1988, p. 134).

Outra ação estudantil que marcou profundamente o coração do Rio de Janeiro foi a Passeata dos Cem Mil, realizada em 26 de junho de 1968, na Cinelândia, região central da cidade. Historicamente, a cidade tem sido catalizadora da melhor produção das classes artística e intelectual da sociedade brasileira, constituindo um importante aporte às mesmas.

A *lagoa* re-significada, ao fazer alusão a um importante cartão-postal do País, reforça a tese de Milanez (2006, p. 166) de que:

firmam-se, assim, o que Barthes chamou, de um lado, o “sentido óbvio”, ao se referir a uma evidência fechada, que se apresenta bastante naturalmente ao espírito; de outro, o “sentido obtuso”, que faz referência ao significado, que vem a mais como um suplemento que nossa inteligência não chega a absorver, pois não está no nível da língua, mas no dos símbolos. O sentido obtuso fará emergir hoje, posso assim afirmar, a memória discursiva que está alhures em outros textos, outras histórias, enfatizando o jogo entre ausência e presença, como citou Barthes.

Analisando a construção discursiva do sentido e o funcionamento dos implícitos, Achard (1999, p. 13) mostra que a memória não pode ser provada, não pode ser deduzida de um *corpus*, mas articula-se ao ser reenquadrada por formulações no discurso concreto:

do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo à sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase.

¹⁴ DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. A lamentável sexta-feira sangrenta ocorreu no dia 21 de junho de 1968 (UnB, 2007) (grifos do autor).

Dessa forma, tanto a figura do *monstro* quanto a da *lagoa*, retomadas metaforicamente no acontecimento discursivo, confirmam as definições acima à medida que admitem ser re-construídas e re-significadas no discurso de resistência político-social na época da ditadura militar no Brasil, o que pode ser confirmado por Gregolin (2006, p. 32) ao afirmar que são “as redes de memórias que produzem os sentidos em um momento histórico”.

A memória discursiva também nos permite associar neste momento histórico específico a *fumaça de óleo diesel* à tortura, ao considerar que *cheirar fumaça de óleo diesel* constitui um dentre os diversos elementos utilizados para torturar os presos políticos¹⁵. Em *Cálice*, o sujeito discursivo silenciado prefere se *embriagar, cheirar fumaça de óleo diesel, morrer de [seu] próprio veneno, inventar [seu] próprio pecado*, a permanecer silenciado, inerte, aceitando *a vida como um fato consumado*.

Na seqüência de recortes do *corpus* para análise, outra canção na qual se pode perceber marcas da vida social nos entremeios discursivos é *O que será?(À Flor da Terra)*, produzida em 1976, ao nos permitir olhar a vida social e perceber os sujeitos que emergem no/do discurso, ao observar seus posicionamentos e os lugares por onde circulam, além de possibilitar uma interlocução entre a categoria espaço, poder e análise discursiva. Um estudo em Análise do Discurso nos permite observar, então, nos fragmentos da canção:

Que andam suspirando pelas alcovas [...]
 Que andam combinando no breu das tocas
 Que anda nas cabeças anda nas bocas [...]
 E mesmo o Padre Eterno
 Olhando aquele inferno vai abençoar,

relações de poder historicamente estabelecidas nos espaços sociais por onde circulam os sujeitos – *alcovas/tocas/becos* - e nas quais estão escritos. Uma vez que os recortes demonstram o rompimento de fronteiras temporal-espaciais, pondo em evidência o marginal e inscrevendo-o discursivamente, os sujeitos à margem e os lugares pelos quais circulam possibilitam destrinchar o espaço social que emerge de deslocamentos, rupturas, descentramentos, constituindo representações do real, possibilitando-nos observar a construção histórica do espaço urbano, ao mesmo tempo em que constrói subjetividades individuais, capturando as relações de poder – *o Padre Eterno vai abençoar aquele inferno* -

¹⁵ A afirmação pode ser averiguada na documentação levantada por Zuleika (Zuzu) Angel, quando da morte de seu filho Stuart Angel. Maiores detalhes em Zappa (1999), Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e na página 85.

desigualdades sociais e repressão à sociedade nos ditos e não-ditos da canção. Segundo Meneses (2002, p. 38):

um perfil das personagens mais freqüentes que povoam [as] letras levará à figura do marginal, do desvalido – pondo a nu, assim, a negatividade da sociedade. Uma galeria imensa que engrossará a “romaria dos mutilados” de que fala em *O Que Será?*, daqueles que foram mutilados física ou socialmente: os infelizes, as meretrizes, os bandidos, os desvalidos – ao que vêm se acrescentar as mulheres abandonadas, pivetes, operários, pedreiros, malandros.

Pensando o sujeito historicamente produzido pelo que lhe é exterior, descentrado, possuindo identidade não-fixa, mas movente, em sua busca ilusória pela completude, a noção de sujeito rompe com a individualidade centrada em si, evidenciando o complexo conjunto de elementos que se contrapõem na formação do sujeito discursivo. Esses elementos, perpassados pela falta constitutiva da identidade-sujeito, permite-nos observar em *O que será?* a presença do marginal e o inscreve discursivamente: o sujeito do *beco*, *os poetas delirantes*, *os profetas embriagados*, *os mutilados*, *os infelizes*, *as meretrizes*, *os bandidos*, *os desvalidos*, marcando sua presença como constituintes da nação, pertencentes a uma realidade que a canção explicita em forma de enunciados¹⁶, mas cuja identidade a corrente histórica dominante na época pretende atenuar.

Os sujeitos marginais, então desprezados pelo governo vigente, ganham voz e presença na canção, que irrompe como um acontecimento no qual a denúncia social se faz presente, ao enumerar os sujeitos do *beco*, *os poetas delirantes*, *os profetas embriagados*, *os mutilados*, *os infelizes*, *as meretrizes*, *os bandidos*, *os desvalidos*, como os componentes de um grupo de sujeitos excluídos.

Segundo Bauman (2005, p. 46), aos indivíduos arbitrariamente excluídos da lista oficial dos que são considerados adequados e admissíveis, qualquer outra identidade que se possa ambicionar lhes é negada *a priori*: “O significado da ‘identidade de subclasse’ é a *ausência da identidade*, a abolição ou negação da individualidade do ‘rostro’ – esse objeto do dever ético e da preocupação moral”. O sujeito é, desta feita, “excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas”.

¹⁶ Foucault (2000, p. 93-94) define enunciado como “um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem de fato esgotar [...] de existência permanente no campo de uma memória [...] oferecido à repetição, à transformação, à reativação: finalmente porque ele é ligado a situações que o provocam e a conseqüências que ele incita, mas é ligado ao mesmo tempo, e de acordo com uma modalidade completamente diferente, a enunciados que o precedem e que o sucedem”.

Assim, o sujeito fala de lugares que lhe autorizam e nos quais circula: “o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade” (FOUCAULT, 2007, p. 139). Sobre os profetas, enquanto sujeitos dotados de um discurso autorizado, são aqueles que não apenas prenunciam o futuro, mas que também denunciam o presente. Mas o fato de os *profetas* estarem *embriagados*, além de proporcionar o dissimular do dizer, abre espaço para a dúvida acerca do mesmo, no jogo de verdades produzidas pelo poder, de tal forma que, não lúcido, considerando a alteração provocada no organismo pela ingestão de álcool, o profeta ‘pode’ dizer qualquer coisa, inclusive denunciar o estado presente e prenunciar um futuro redentor, que o dizer lhe será imputado por consequência da embriaguez, por discurso não coerente.

O sujeito transita em espaços tanto fechados e reservados, de acesso autorizado apenas a uma minoria – *alcovas*, *tocas* e os *becos* escuros

no breu das tocas
velas nos becos

como em lugares abertos e em que circulam grande contingente de pessoas – *botecos/mercados* – e nos quais negociações de diversas naturezas são previsíveis. Ao que Certeau (1994, p. 217) complementa:

O relato de espaço é em seu grau mínimo uma língua *falada*, isto é, um sistema lingüístico distributivo de lugares sendo ao mesmo tempo *articulado* por uma ‘focalização enunciativa’, por um ato que o pratica [...] antes de ir buscar as suas indicações na organização da memória, lembrar que com essa enunciação focalizante o espaço surge de novo como lugar *praticado* (grifos do autor).

Foucault (2006, p. 413) acrescenta que “estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos”. O espaço surge, então, como um espaço heterogêneo, não vazio, lugar em que os posicionamentos são marcados por um conjunto de relações. Esse conjunto de relações, funcionando na canção como um jogo de opostos que se complementam, por exemplo: *alcovas/ tocas/ becos* em oposição a *botecos/mercados*, reforça a percepção dos lugares enquanto elementos constituintes do sujeito discursivo, através dos quais é possibilitado observar o espaço urbano e social e o tipo de realidade (ou ilusão de) na qual esses sujeitos à margem se inscrevem.

Fonseca (2003, p. 38, 63) considera, a partir de suas leituras de Foucault, que se pode “afirmar que o exercício de poder se verifica dentro dos limites de um direito de soberania e de um mecanismo de disciplina. Essas seriam as duas partes constitutivas dos

mecanismos gerais do poder em nossa sociedade [...] todo lugar deve ser identificado a seu ocupante, que, por sua vez, deve ser identificado ao lugar que ocupa”. Nas palavras de Fernandes (2006, p. 280):

Na literatura, esses espaços exteriores podem ser pensados sempre em ruptura e continuidade; como provocadores de efeitos de sentido indefinidos, (re)duplicam-se infinitamente, sem, contudo, constituírem linearidade espacial e temporal. Trata-se de efeitos de sentido decorrentes de lugares e linguagem multiforme, de tempos diferentes que se aproximam, se atravessam e se distanciam. São efeitos de sentido localizados na opacidade de uma exterioridade movente que reflete uma posição sujeito.

Nesse ínterim, a idéia de identidade correlaciona-se à crise de pertencimento, à necessidade de sentir-se pertencer, como afirma Bauman (2005, p.17-18):

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões de que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continua sendo o seu destino, uma condição sem alternativa.

A crise de identidade e pertencimento que afeta os sujeitos do *beco, os poetas delirantes, os profetas embriagados, os mutilados, os infelizes, as meretrizes, os bandidos, os desvalidos* é fomentada pela exclusão, o que lhes propicia o legado, as marcas de uma identidade nacional às avessas, uma vez que o próprio Estado os exclui, mas também uma idéia de pertencimento ilusória, pois é o Estado a fornecer “a condição necessária para haver uma nação proclamada [...] um destino compartilhado” (BAUMAN, 2005, p. 27): o destino compartilhado dos excluídos, em que

todos os destinos
Irão se encontrar

outro enunciado que emerge do jogo de relações de “um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um dado discurso” (FOUCAULT, 2007, p. 74).

As relações de poder nas quais o sujeito se inscreve discursivamente, segundo Foucault (1984, p. 236), implicam poder “dizer que todos os tipos de sujeição são fenômenos derivados, que são meras conseqüências de outros processos econômicos e sociais: forças de produção, luta de classe e estruturas ideológicas que determinam a forma de subjetividade”. As estratégias de poder, ao constituírem modos de ação sobre as ações possíveis do outro, são

ferramentas utilizadas pelo Estado para assegurar a continuidade de um espaço de exclusão social: “o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apóia sobre estruturas permanentes” (FOUCAULT, 1984, p. 242).

Por conseguinte, ao se considerar o uso de formas verbais, tais como: *suspirando*, *sussurrando*, *combinando*, e figuras do tipo: *idéias que andam nas cabeças e nas bocas*, observa-se que sugerem algo sigiloso, feito em segredo, como uma insurreição, e que, ao mesmo tempo, e em posição de contradição, está sendo exposto em tom de gradação, de ganho de força: *falando alto*, *gritam*, em:

Estão falando alto
Pelos botecos
E gritam nos mercados.

Para Foucault (2007, p. 170), “a contradição é a ilusão de uma unidade que se oculta ou é ocultada: só tem seu lugar na defasagem existente entre a consciência e o inconsciente, o pensamento e o texto, a idealidade e o corpo contingente da expressão”. O fator contradição, enquanto categoria posta na análise discursiva, exercendo poder constitutivo sobre o sujeito e sobre a formação identitária, somado a rupturas, deslocamentos, descentramentos, à exterioridade e à pluralidade constitutivas do sujeito inscrito no social, representa a luta e a busca de si, pelo lugar de si, pela manutenção da *fantasia*, do ilusório, do sentido de pertencimento e completude. Segundo Fernandes (2006, p. 284), “a contradição desvela e organiza o lugar de enunciação, lugar este compreendido como espaço de representação no qual o sujeito se situa”.

Importante considerar, também, nas escolhas verbais, a presença marcante do gerúndio, que indica ações em andamento, inacabadas: *combinando/ acendendo/ falando*. As escolhas de marcadores temporais, tais como a expressão: *dia a dia*, soma-se à recorrência de verbos no gerúndio, reforçando a noção de posicionamento assumido pelos sujeitos à margem, como a indicar uma constante, uma continuidade.

O fator religiosidade, recorrente e constitutivo na história da nação brasileira, toma forma nos versos:

Que andam acendendo velas nos becos [...]
Por que todos os sinos irão repicar [...]
Que está na romaria dos mutilados [...]
E mesmo o Padre Eterno que nunca foi lá
Olhando aquele inferno vai abençoar

e permite, na análise que se propõe, evidenciar os espaços discursivos de cunho religioso (velas nos becos, sinos das igrejas, romaria) e relações de poder que se manifestam através do poder pastoral (FOUCAULT, 2004), na figura do Padre Eterno, que tem a autoridade, isto é, o discurso autorizado para abençoar, além de retomar o *cálice* sagrado da canção homônima e o desejo de não sofrer o suplício anunciado, reforçando aspectos da religiosidade constitutiva das bases da sociedade civil brasileira.

A prática discursiva, podendo ser determinada no elemento da história (FOUCAULT, 2007), possibilita a inserção histórica da canção em tempos de Regime Militar não apenas marcada pela data de sua produção (1976), mas principalmente pelo discurso apreendido (ou materializado) em versos tais:

O que não faz sentido...
 [...] aquele inferno [...]
 O que não tem governo
 Nem nunca terá!
 O que não tem vergonha
 Nem nunca terá!
 O que não tem juízo...

e que representa a voz da resistência, a voz dos marginalizados, dos não aceitos no grupo das forças dominantes e hegemônicas da nação. De acordo com Silva (2004, p. 81), na canção *O Que Será?* “é o inconsciente da história que parece irromper com fúria para falar, ou antes, invocar em forma de perguntas aquilo que não se pode denominar – o próprio desejo (ou a utopia)”. Ao que Meneses (2002, p. 48) complementa ao afirmar que reserva o uso do termo utopia para “canções que reivindicam vigorosamente o futuro, cantando o dia que há de vir”. A autora afirma, também, que “a verdadeira utopia é a tensão para um futuro ainda não conquistado, emergência da consciência antecipadora” e a canção *O Que Será?* “é o canto em que os oprimidos e os subversivos são alçados à categoria de protagonistas da História” (p. 107).

Considerando a canção sob a lente teórica a que recorreremos, faz-se notório reconhecer a emergência de sujeitos marcados socialmente pelos legados que lhes foram, se não impostos, talvez os únicos aos quais tenham sido expostos e possibilitados, nos quais se inscreveram por meio de relações discursivas, antecipadoras ou não de um futuro utópico, e que constituem sua identidade. Identidade marcada, também, na canção *Apesar de você*, que tem início com a repetição de

Amanhã vai ser outro dia (3x)

em tom crecente, tanto de melodia quanto de voz, o que indica ganho de força, de fôlego, seguida pelos versos:

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão, não

representantes do autoritarismo, da não existência de diálogo, característica intrínseca e marcante no regime ditatorial brasileiro. A canção *Apesar de Você*, juntamente com *Cálice* e tantas outras, foram censuradas em sua totalidade. Nas palavras de Adélia Bezerra de Meneses (2002, p. 36), “na confluência entre a vertente utópica e a vertente crítica, elas são um documento fiel e sensível de seu tempo” e “que importa verificar, nas canções de protesto, a existência de uma ‘semântica da repressão’, de uma ‘sintaxe da repressão’; examinar como, introjetada, a repressão se torna elemento estrutural das canções”, o que pode ser confirmado nos versos:

A minha gente hoje anda
Falando de lado e olhando pro chão

que denunciam e reclamam a falta de liberdade de expressão, assim também como em *O que será?*, que retoma a mesma temática:

Que andam sussurrando
Em versos e trovas?
Que andam combinando
No breu das tocas? (trecho de *O que será?*)

mais uma vez confirmadas nos trechos *A minha gente [...] falando de lado*, como que às escondidas, *olhando pro chão*, de cabeça baixa, indicando submissão, receio, *sussurrando [...] no breu das tocas*, e dos *bêbados embriagados de Cálice*:

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta [...]
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade (trecho de *Cálice*)

As escolhas lexicais implicam construções semânticas determinadas tanto pela historicidade quanto pela memória discursiva. Assim, de trechos tais como: *Mesmo calado o peito, resta a cuca*, Holanda (1993, p. 57) elucida que “o silêncio pode ser reserva de força; ou o sinal de seu esgotamento. Nada muda no indivíduo mudo. E mais, o outro pode, daí, haurir sua força. A primeira providência do arbítrio político: a redução ao silêncio”. Os versos revelam o desejo de não beber do *cale-se (cálice)*: *Mesmo calada a boca, resta o peito / Mesmo calado o peito, resta a cuca/ Silêncio na cidade não se escuta*, revelam o desejo de não fazer parte dessa mesa, considerando o intertexto bíblico. Interessante reconhecer na canção a ausência da explicitação da forma verbal imperativa *cale-se* (sonoramente representada pelo *cálice* – o que, segundo a gramática tradicional, é uma figura paronomásica), todavia retomada pelas formas adjetivas *calada/calado*, em *calada a boca/ calada da noite /calado o peito*, o que representa a imposição e a manutenção do estado de silenciamento.

Observa-se uma clivagem de sentidos recorrentes de bestialidade quando dos extratos da canção *Cálice* pode-se depreender o governo figurado como *monstro*, como *porca gorda* e o sujeito discursivo imbuído de *um grito desumano*, de *veneno*, características não humanas, mas animalescas. Da mesma forma o governo pode ser visto em *Acorda amor* como um *bicho brabo* e os *meninos* de *O que será? (À Flor da Terra)* como aqueles que vão *desembestar*, reforçando nos recortes do *corpus* desta dissertação uma outra regularidade, a da bestialidade, a da animalização de seres humanos.

Outra figura recorrente percebida nas músicas de Chico Buarque, tomadas como *corpus*, é a do escuro, da escuridão, da noite, usada para se referir ao regime militar ditatorial, conforme os versos:

Inventou de inventar
Toda escuridão (trecho de *Apesar de Você*)

Esse grito contido,
Esse samba no escuro (trecho de *O que será?*)

Se na calada da noite eu me dano (trecho de *Cálice*)

Era a dura, numa muito escura viatura (trecho de *Acorda Amor*)

que vão se opôr a versos que demonstram auspícios de mudança, estabelecer o dia no lugar da noite e a claridade no lugar da escuridão:

Vendo o dia raiar [...]
 A manhã renascer [...]
 Vendo o céu clarear, de repente (trecho de *Apesar de Você*)

Um outro trecho da canção *Apesar de Você* que faz menção aos comandantes do regime ditatorial, à conjuntura sócio-histórica de falta de liberdade, de medo e insegurança, aos contrastes e contradições, em que o *pecado* se opõe ao *perdão*, a *escuridão* à claridade, possibilitando uma leitura de mal x bem, de mal x cura, de errado x correto, pode ser percebido nos versos:

Você que inventou esse Estado
 Inventou de inventar
 Toda escuridão
 Você que inventou o pecado
 Esqueceu-se de inventar o perdão

É interessante observar com base em Foucault, acerca dos domínios de contrastes e contradições estabelecidos, que o autor não pretendeu identificar poder com opressão, o que seria uma leitura possível do recorte se abordado por outra via teórico-discursiva. Foucault (2003, p. 153) discorre que “não há um poder, mas que dentro de uma sociedade existem relações de poder – extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diferentes níveis, onde umas se apóiam sobre as outras e onde umas contestam as outras”. Nesse direcionamento, a voz do coro em

Apesar de você
 amanhã há de ser outro dia

reforça o enunciado que prenuncia um acontecimento histórico-discursivo, indicando que são muitos, e não apenas um, os atores da resistência, os agentes da mudança a exercerem micro-poderes, a terem o mesmo desejo de renovo, observado em diversos momentos da canção e cuja recorrência pode ser observada em outras canções da época, tais como em *Cordão* (1971), em que quanto maior o número de pessoas, maior o cordão da resistência:

Eu não
 Eu não vou desesperar
 Eu não vou renunciar
 Fugir
 Ninguém
 Ninguém vai me acorrentar
 Enquanto eu puder cantar
 Enquanto eu puder sorrir

Ninguém
 Ninguém vai me ver sofrer
 Ninguém vai me surpreender
 Na noite da solidão
 Pois quem
 Tiver nada pra perder
 Vai formar comigo o imenso cordão

Nas palavras de Meneses (2002, p. 68):

Há algo de um tanto inquietante nessa proposta: esse cordão dos que “não têm nada pra perder” não formará propriamente um “coro dos contentes”. Daí o caráter reivindicativo e vingativo que as canções assumirão, num misto de recusa e espera. Importa assinalar aqui os elementos de resistência, evidentes numa canção como *Cordão*, que é o desenvolvimento de um *não* continuado (grifos da autora).

Esse *cordão* há de ser formado, então, pelo *coro a cantar* prenunciado pelo cantar do *galo*:

Eu pergunto a você onde vai se esconder
 Da enorme euforia?
 Como vai proibir
 Quando o galo insistir em cantar?
 Água nova brotando
 E a gente se amando sem parar.

Quando chegar o momento [...]
 O jardim florescer [...]
 Vendo o dia raiar [...]
 A manhã renascer [...]
 Vendo o céu clarear, de repente

O galo cantando anuncia um novo dia, um novo amanhecer, também referido pela água que brota, pelo amor constante, pelo florescimento, pelo raiar do sol trazendo uma nova manhã, pelo clarear do céu. Todos estes são elementos de esperança e renovo que imprimem à canção um tom de expectativa, prenúncio de mudança, de um novo tempo. O esperado tempo do fim do regime militar, que devolveria a pátria aos expatriados, aos extraditados e a liberdade aos cidadãos, elemento constituinte da identidade nacional garantida na legislação, nesse momento histórico cerceada e destituída, como uma microfísica atópica:

Isso porque o poder disciplinar põe em funcionamento uma rede de procedimentos e mecanismos que atinge os aspectos mais sutis da realidade e da vida cotidiana dos indivíduos, podendo ser caracterizado como um micropoder ou um subpoder, que se capilariza e consegue se fazer presente em todos os níveis e pontos da rede social (FONSECA, 2003, p. 79).

Uma questão interessante a ser pontuada acerca dos elementos de renovo supracitados é que todos eles possuem característica naturalmente intrínseca não passíveis de retardo ou proibição de ocorrência por parte dos homens, elementos que estão acima dos comandos (e desmandos) humanos: não há como ir contra as leis da natureza e impedir o galo de cantar, o jardim de florescer ou o dia de raiar. E esta certeza que é cantada, preconizando um novo tempo, implicando sua existência, não está sujeita aos intentos ou aos desejos do ditador, o *você* da canção:

Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia.
Ainda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria.

Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença.

Como vai abafar
Nosso coro a cantar,
Na sua frente.

Os comandantes do regime não desejam a mudança, antes, manter a situação como está estabelecida, mas esta há de fugir-lhes ao controle, e chegará *sem lhe(s) pedir licença* ou autorização. E mesmo não querendo os ditadores vão presenciá-la, uma vez claramente expressa no verso *Você vai ter que ver*, na estrofe:

Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia.
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia.

O novo dia tem vinda certa e deverá ocorrer em um tempo não muito distante, bem antes dos anseios do ditador:

E esse dia há de vir
antes do que você pensa.
Apesar de você.

A temática da passagem do tempo é recorrente na obra e no recorte, o que lhe confere um espaço privilegiado e a inserção de um trecho da canção *Roda Viva* (1967), como a reforçar e exemplificar a assertiva. Em uma construção metafórica, se cristaliza o “aspecto

cíclico do tempo” (MENESES, 2002, p. 58) que tudo renova, o prenúncio dos desejos de mudança, a expectativa e, em alguns momentos, a ilusão posta acerca dos desejos de não permitir enclausurar-se na roda-viva:

A gente quer ter voz ativa
 No nosso destino mandar
 Mas eis que chega a roda-viva
 E carrega o destino pra lá [...]
 A roda de samba acabou [...]
 Foi tudo ilusão passageira
 Que a brisa primeira levou

Em contrapartida, em *Apesar de Você* o futuro é cantado na certeza desse novo tempo advir que trará consigo as mudanças às quais o sujeito discursivo aspira, em uma ilusão de completude que pode ser observada nos versos:

Quando chegar o momento
 Esse meu sofrimento
 Vou cobrar com juro. Juro! [...]
 Você vai pagar, e é dobrado,
 Cada lágrima rolada
 Nesse meu penar.

Meneses (2002, p. 62) sustenta o argumento de que a maioria das canções da época são a proposta de um outro tempo ou um outro espaço, em que o esconjurar da tristeza é propiciado pela dança e pelo canto - o samba, o coro a cantar:

Em todos os casos, uma constante: a tentativa de superar o curso normal da vida, através da criação de um tempo mítico [...] Isso significa uma tentativa quase que desesperada de se estancar a passagem do tempo, através do retorno a uma tal situação que provoca provisoriamente a reintegração do indivíduo numa determinada experiência, em que a dor humana é vencida.

Dessa compreensão, depreende-se que o estado presente de sofrimento (o tempo da canção – o *hoje*) é causado pelo regime ditatorial, reforçado nos elementos *pecado*, *tristeza*, *lágrima*, *pesar*, marcas das forças da retenção, do bloqueio, da contenção, do aprisionamento, metáforas da morte, em oposição a um *amanhã* que traz em si a vida, a liberdade, as expansões, a semântica da vida (MENESES, 2002), em que haverá uma cobrança compensatória desse sofrimento: *juros*, pagar *dobrado*, como um tipo de punição, de dividendos atrasados. Quando o novo tempo chegar, ocorrerá uma inversão de posicionamento por parte dos sujeitos que constituem o elemento “povo/coro” da canção, uma

vez que hoje (tempo presente da canção) quem chora - *lágrima rolada* - vai *morrer de rir* e o ditador *vai se amargar, vai se dar mal*, o que pode ser observado nos versos:

Você vai se amargar [...]

Você que inventou a tristeza [...]

Você vai pagar, e é dobrado,

Cada lágrima rolada

Nesse meu penar. [...]

E eu vou morrer de rir

E esse dia há de vir [...]

Você vai se dar mal, etc e tal.

Segundo Fonseca (2003, p. 89), “falar do objeto reprimido é o mesmo que transgredir e enfrentar o poder que reprime” e, por isso, uma forma de resistência, o que também pode ser verificado na repetição constante do coro que reforça o enunciado de um novo dia, apesar da situação presente:

Apesar de você

Amanhã há de ser outro dia.

E o não-dito que diz, o não possibilitado/autorizado dizer que diz por si só, implica o silenciamento característico do regime:

Você vai se dar mal, etc e tal,

La, laiá, la laiá, la laiá.....

Orlandi (1995 p. 145) rememora que

a censura, ao contrário do que se supõe comumente, não age sobre o que o sujeito não sabe mas justamente sobre aquilo que ele é suposto a saber (o já-dito). O problema, na censura, não é, como já dissemos, impedir a informação, mas evitar que haja trabalho histórico do sentido e, conseqüentemente, da identidade dos sujeitos. Ou seja, a censura procura estancar o movimento social e histórico do sentido que produz os sujeitos em seus processos de identificação.

O não-dito que revela, que expõe, que clama, que grita, o coro silenciado pela censura ditatorial percebe na noção de silêncio o processo que lhe possibilita alargar as fronteiras no percurso da construção dos sentidos. Segundo Orlandi (1995, p. 54-55), em uma longa, mas válida citação,

o que nos interessa é sobretudo fazer aparecer, em relação às categorizações das formas de silêncio, duas delas: a) o silêncio fundante e b) a política do silêncio (o silenciamento). A primeira nos indica que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio; a segunda diz que – como o sentido é sempre

produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos. Há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política. Essa dimensão política do silêncio está, no entanto, assentada sobre o fato de que o silêncio faz parte de todo processo de significação (dimensão fundante do silêncio). Sem silêncio não há sentido porque o silêncio é a matéria significativa por excelência, ou como diz Wittgenstein (1961): “a relação do silêncio com a linguagem mostra a constituição essencial da linguagem”.

E é esse silêncio que provoca e possibilita sentidos outros, somado ao silenciamento forçado, imposto pela ditadura, que transborda na materialidade lingüística regularidades constituintes dos sujeitos e dos discursos de resistência, perpassando e, de certa maneira, unificando as canções do *corpus* em um grito popular a reclamar um pertencimento participativo nos rumos da nação. *Apesar de Você* ficou conhecida por cumprir historicamente o papel da canção de protesto e transformou-se em uma espécie de hino de oposição à institucionalização do AI-5.

As posições ocupadas pelos sujeitos discursivos podem ser verificadas também na canção *Acorda Amor* (1974)¹⁷, que exemplifica uma forma de ação de prisão típica realizada durante a ditadura militar a possíveis contestadores ao regime estabelecido, em que é dito claramente, é explicitado o medo e a insegurança advindas do regime ditatorial, uma vez que a canção não apenas é iniciada com o toque de sirene policial, mas também com o enunciador clamando a seu amor que acorde, porque teve um pesadelo:

Acorda amor
 Eu tive um pesadelo agora
 Sonhei que tinha gente lá fora
 Batendo no portão, que aflição
 Era a dura, numa muito escura viatura
 Minha nossa santa criatura...

O pesadelo representa o sono intranquilo, consequência de sonhos aflitivos, por agitação ou opressão, por algo inoportuno, tão inoportuno quanto a presença de *gente lá fora/ Batendo no portão*, trazendo *aflição*. A *aflição*, por sua vez, causada por um profundo sentimento moral de revés, de agonia, simboliza uma grande preocupação ou inquietação, insegurança, ansiedade, angústia, desgosto, gerando até mesmo padecimento físico. Acordado durante a noite pelo barulho da sirene e da chegada da polícia em seu apartamento, o

¹⁷ Composta sob o pseudônimo de Julinho da Adelaide, uma vez que à época de sua produção tudo que fizesse menção ao compositor estava necessariamente sob júdice da censura ditatorial.

enunciador persiste em acordar a esposa ao clamar: *Acorda amor* e enfatiza que não foi um pesadelo:

Não é mais pesadelo nada
 Tem gente já no vão de escada
 Fazendo confusão, que aflição.
 São os homens
 E eu aqui parado de pijama
 Eu não gosto de passar vexame...

e que já tinha *gente (os homens)* subindo a escada. *Os homens*, referência clara à polícia, ao subirem a escada, provocam tumulto, barulho, demonstrando falta de ordem, de método, dando continuidade ao estado de *aflição*, demonstrando igualmente um exercício de poder pela força bruta por parte do Estado, agente ativo da repressão. Assistindo sem resistência à sua prisão, o que pode ser depreendido pelo uso dos termos: *aqui parado*, o enunciador deixa transparecer como foi tomado de sua residência tarde da noite - *Eu tive um pesadelo agora*, pois já havia se deitado e onde se encontrava confortável, desprevenido, vestido de pijama: *E eu aqui parado de pijama*, como isso lhe causa ultraje, vergonha: *Eu não gosto de passar vexame*, e continua a solicitar, insistentemente, que chamem o *ladrão*:

Chame, chame, chame
 Chame o ladrão, chame o ladrão.

Admitindo que o discurso é historicamente possibilitado pela História, é a determinação histórica que possibilita a significação de enunciados do tipo: *gente lá fora/ Batendo no portão*, trazendo *aflição*. Se não fosse o contexto ditatorial levando pavor a oponentes ao regime estabelecido, a adequada compreensão do sentido discursivo de *gente lá fora/ Batendo no portão*, causando *aflição* não seria possível. Assim, é justamente por meio de relações históricas de implicação, oposição, exclusão, transformação, substituição, apagamento, que o enunciado *gente lá fora/ Batendo no portão*, trazendo *aflição* é discursivamente possibilitado.

A sirene ligada logo no início da canção, por meio da qual se estabelece o princípio da composição de um espaço discursivo, é um fator extremamente interessante de se observar, uma vez que em um carro policial ela só é ligada em situações de urgência, objetivando chamar a atenção de quem a ouve, nesse caso, uma ação de prisão. No contexto histórico ditatorial, qualquer suspeita de que um cidadão estivesse envolvido com a resistência ao regime era motivo de prisão e, na absurda maioria das vezes, as suspeitas não eram

verificadas de antemão. Prisões foram realizadas, pessoas foram torturadas sob acusação de traição, consideradas esquerdistas, termo que designava os adeptos e simpatizantes do comunismo, traidores da pátria: “num clima revolucionário, de amplitude nacional, como foi a Revolução de 1964, mesquinhas, recalques, vinganças pessoais, toda a miséria humana. Era o preço” (D’ARAÚJO, 2004, p. 63).

Considerando que, conforme Foucault (2000), em uma dada cultura, todo discurso aparece sobre um fundo de desaparecimento de qualquer acontecimento, no regime ditatorial, os militares que compunham a “linha dura”, de acordo com Gustavo Moraes Rego Reis¹⁸, em seu depoimento, são: “aqueles assim identificados e que disso se orgulhavam [por caracterizarem-se] pelo radicalismo, a arbitrariedade, a intransigência e pela adoção de meios e processos violentos de intimidação e coação” (D’ARAÚJO, 2004, p. 54).

Sobre o uso do poder e de estratégias de poder, por meio das quais as relações de poder constituem modos de ação sobre a ação possível dos outros, Foucault afirma que o poder coloca em jogo as relações entre os indivíduos, que é um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras:

O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apóia sobre estruturas permanentes (FOUCAULT, 1984, p. 242).

O exercício do poder implica, então, o campo de possibilidades em que se inscreve o agir sobre o comportamento de sujeitos ativos, conduzindo sua conduta, agindo sobre sua ação. No contexto ditatorial, o exercício do poder também está intimamente relacionado às formas de institucionalização, que:

também podem formar sistemas muito complexos, dotados de aparelhos múltiplos, como no caso do Estado que tem por função constituir o invólucro geral, a instância de controle global, o princípio de regulação e, até certo ponto também, de distribuição de todas as relações de poder num conjunto social dado (FOUCAULT, 1984, p. 246).

A memória discursiva em funcionamento, atribuindo características aos sujeitos que emergem dos enunciados na canção, permite a construção dos sentidos discursivos

¹⁸ Gustavo Moraes Rego Reis era tenente-coronel e servia na Divisão Blindada, no Rio de Janeiro, em 1964. Assessor de Geisel em diversas instâncias, chegou à chefia do Gabinete Militar da Presidência da República em 1978. Passou para a reserva em 1981 no posto de general-de-brigada (D’ARAÚJO, 2004, p. 37).

historicamente constitutivos de uma conjuntura ideológica marcada pelas posições ocupadas pelos sujeitos, revelando relações de poder. Dessa maneira, não apenas o enunciador, mas a esposa, a milícia e o ladrão ocupam posições-sujeito determinadas pelos enunciados constituídos pelas condições de produção implicadas nas formações discursivas em que estes sujeitos estão inscritos.

Sobre a esposa, mesmo que não mencionada por este termo na canção, mas pelo termo *amor*, julgamos procedente referenciar-nos a *amor* por esposa por constituir uma organização de enunciados discursivamente possibilitada pela memória coletiva tradicional. É notável que o enunciador seja um sujeito discursivamente masculino, face a conjugação verbal de terceira pessoa em *eu aqui parado de pijama (parado – masculino)* e também pelo chamamento ao ladrão e, não, a uma ladra:

Chame, chame, chame
Chame o ladrão, chame o ladrão.

O uso de termos foneticamente recorrentes, materializando-se discursivamente na linguagem, como em */ura/*, proveniente de trechos tais como:

Era a dura, numa muito escura viatura
Minha nossa santa criatura

permite à memória discursiva, enquanto operador de discurso, ser re-significada pela enunciação de tal forma a relacionar *dura* à *ditadura* e fazer menção à “linha dura”¹⁹, que foi a linha de governo adotada em 1968 pelo então regime vigente²⁰. O termo *dura* rima, também,

¹⁹ Nessa fase do regime ditatorial, foi instituído o Ato Institucional Número 5, já mencionado anteriormente. Sobre o AI-5, Moraes (2001, p. 40, 342) acrescenta: “uma vez no poder, a direita militar começou rasgando o texto constitucional em nome do qual tinha deposto Goulart e prosseguiu assumindo através do Ato Institucional n. 5 (de 13 de dezembro de 1968) poderes discricionários que incluíam carta branca para os torturadores da OBAN e do DOI-CODI (...) anos sombrios do “Ato 5”, em que a tortura e o terrorismo de Estado constituíam métodos regulares de governo”.

²⁰ Em depoimento, Octávio Costa se pronuncia: “Costa e Silva investiu-se como comandante supremo da Revolução e foi sob sua inspiração que foram baixados os atos institucionais e que o movimento militar de 64 começou sua fase mais dura e de limpeza, segundo sua pretensão e a dos que o acompanhavam. Era a exacerbação do velho messianismo militar (D’ARAUJO, 2004, p. 88). Elucidamos que a “Operação Limpeza” diz respeito à intervenção policial nos sindicatos e repressão aos partidos de esquerda, que corresponde às expectativas das classes que dão suporte ao golpe. Em 1964, Octávio Costa era tenente-coronel e estava na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Esteve à frente do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, da chefia de Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e do Departamento de Extensão e Especialização do Exército. Subchefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército. Foi para a reserva em 1982 no posto de general-de-divisão.

com *viatura* e *criatura*, ao que vale lembrar que a *viatura* era *muito escura*. Por *escura viatura* compreende-se um lugar sombrio, tenebroso, suspeito, escuso. O uso do adjunto adverbial *muito* intensifica as qualidades suspeitas da *viatura*, e a falta de clareza, de luminosidade, indicam, também, o futuro de quem adentra a *viatura*: sombrio, incerto, impreciso. O enunciador recorre, então, à religiosidade: *Minha nossa santa criatura*, que é um fator marcado de brasilidade, e solicita que chamem o ladrão:

Chame, chame, chame lá
Chame, chame o ladrão, chame o ladrão.

Solicitando insistentemente que chamem o ladrão, visto a repetição da forma verbal no impertativo *chame*, o enunciador se coloca em uma posição de que o *ladrão*/militante da resistência/opositor ao regime/comunista não é ele, mas um outro, na tentativa de se ver livre da acusação humilhante de que ocupa, aos olhos do regime, a posição de *ladrão*, e de mostrar que o procurado não é ele, mas esse outro. Pensando a noção de verdade a partir da posição que o sujeito ocupa, percebe-se claramente que o enunciador não atribui a si próprio a posição de *ladrão*, mas que esta cabe a um outro, àquele a quem a milícia procura²¹.

²¹ Em seu texto autobiográfico, Pedro Viegas narra sua participação na posição de resistência militante à ditadura e como foi preso durante o regime militar. A primeira narrativa de prisão descrita por Viegas em muito se assemelha ao desenrolar dos fatos descritos em *Acorda Amor*, uma vez ter sido preso em casa, onde se encontrava apenas de cueca numa tarde quente do verão carioca. Sob acusação de estelionato e, por isso, a referência a *ladrão*, termo que proporciona o contato entre a realidade e a expressão cultural, a prisão de Viegas era de cunho político. Expulso da Marinha, foi condenado pela Justiça Militar por ter participado da Rebelião dos Marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos e redigido para o periódico interno da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), *A Tribuna do Mar*, em 1963-1964. Conforme seu relato, certo dia, em casa com sua esposa, a “campanha soou forte, insistente [...] Não que aquilo fosse, a rigor, inesperado; era apenas inoportuno. Entreolhamo-nos, crespos, e um pôde ler na face do outro o que irresistivelmente escapava por todos os nossos poros: temores e hesitações. [...] Era preciso que eu desse a impressão de que não me encontrava em casa, e Leda deveria justificar sua demora em atender a porta. [...] “- É uma cobrança. O senhor Viegas fez uma compra a prestações numa loja e há uma nota promissória vencida, sem pagamento” [...] Leda hesitou. Senti seu embaraço e apareci frente à porta, intrigado com a história. Em parte por sentir os brios feridos. Afinal, não havia comprado nada e nem devia a ninguém. O homem fitou-me e gritou, voltando-se, excitado, para o início da escada [...] “Ele está aqui... Sobe!” O parceiro, que aguardava um aviso seu para subir, se necessário fosse, precipitou-se escada acima aos berros de “segura o homem, não deixa fugir, é perigoso!” Gelei da cabeça aos pés, apesar do calor de quase 40 graus daquela tarde de fevereiro tipicamente carioca, em que me encontrava de cueca. [...] “- Bem – voltou a falar o gigante – você deve ser inexperiente nesse negócio de prisão. Aconselho que leve pouca coisa. Basta uma muda de roupa, uma toalha, pasta, escova de dentes e sabonete. Também cigarros, se você fuma”. [...] Fui para o quarto me trocar. [...] “- Os senhores vão mesmo me levar? Acham isso certo?”/ “- Olha, meu caro, achar certo eu não acho – respondeu o homem de colar de balas – mas a merda não é nossa. É do filha da puta do juiz que te condenou. Levar, temos que levar. É nosso dever. Não tem mais jeito. Quando disse pro “grande” subir (referia-se ao parceiro), ele deu sinal para os da viatura” (VIEGAS, 2004, p. 20-27).

Os crimes de cunho político não tinham julgamento certo. Podia-se ficar preso por muito tempo sem nenhuma ou com precária atenção judicial. Podia-se, inclusive, ser morto, jogado ao mar, enterrado como indigente ou em valas abertas para os presos políticos posteriormente deflagradas, isto é, depois de preso, o indivíduo poderia simplesmente “desaparecer” sem deixar qualquer tipo de rastro. Ainda hoje muitas famílias buscam por seus entes que “desapareceram” durante o regime militar no Brasil. Por esse motivo, o enunciador diz à sua esposa que caso ele demore mais de um ano, ela deveria esquecê-lo:

Se eu demorar uns meses
Convém, às vezes, você sofrer
Mas depois de um ano eu não vindo
Ponha a roupa de domingo
E pode me esquecer.

A *roupa de domingo*, na cultura brasileira, diz respeito à melhor roupa, a mais bonita, a roupa de ir à igreja, aquela usada para impressionar alguém. Mas há outra preocupação em relação à esposa: que ela fique atenta, porque também pode vir a sofrer prisão, que não está imune à situação:

Atenção
Não demora
Dia desses chega a sua hora,

ou seja, o momento de um possível enclausuramento e que contra isso não adianta protestar ou lamentar-se:

Não discuta à toa não reclame

uma vez que não há respeito às leis de proteção aos direitos dos indivíduos durante a vigência de um regime militar. O enunciador descreve, ainda, a ditadura como *o bicho que é brabo e não sossega*:

Acorda amor
Que o bicho é brabo e não sossega
Se você corre o bicho pega
Se fica não sei não
Atenção

e apresenta o *bicho* como aquele que não proporciona nenhum tipo de descanso, que não desiste. E o impasse, a dúvida, a insegurança: se correr *o bicho pega* - não adianta fugir, uma

vez que seria pego de qualquer forma - e a rendição sem resistência que também não lhe permite nenhuma garantia: *Se fica não sei não*, e continua a clamar que chamem o *ladrão*:

Clame, chame lá, chame, chame
Chame o ladrão, chame o ladrão, chame o ladrão.

Numa situação de prisão, poucos pertences são permitidos nas celas, apenas o que se apresenta como o mínimo necessário para a higiene: *Não esqueça a escova, o sabonete e para o lazer: o violão*. A canção termina da mesma forma que inicia: com o toque da sirene do carro policial, chamando mais uma vez à atenção para o exercício de poder pelo Estado.

De acordo com Fonseca (2003, p. 80):

a abordagem dos mecanismos disciplinares de vigilância e controle permite a compreensão do processo de constituição do indivíduo moderno como efeito e objeto de poder, e como efeito e objeto de saber. Seriam as ações articuladas do binômio poder-saber que determinariam as condições de aparecimento do indivíduo, que surge como o efeito-objeto de um investimento analítico, de uma dominação-observação.

A constituição do sujeito discursivo no discurso de resistência político-social, no âmbito das relações de sentido advindas das relações de poder impostas pelo regime militar no Brasil, dos micro-poderes em exercício constante e constitutivo dos sentidos e dos sujeitos, somados aos sentimentos de pertencimento/exclusão e identificação/desidentificação é, portanto, instaurada pela incompletude da linguagem, ao que M. Le Bot (1984, apud ORLANDI, 1995, p. 72) sintetiza ao afirmar que “o silêncio não são as palavras silenciadas que se guardam no segredo, sem dizer. O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge”.

Considerando que os sentidos são múltiplos justamente por causa do silêncio enquanto instância constitutiva dos dizeres, Orlandi (1995, p. 121) reitera que “não há discurso estanque que os torne de todo “controláveis” nem discurso que garanta uma correspondência estrita aos lugares (posições) em que é produzido” e, por isso mesmo, o risco dos sentidos. Somam a estes regularidades discursivas constituintes dos sujeitos e dos discursos.

Uma outra canção em que se pode observar estas regularidades é *Hino da Repressão*, em que os *inimigos* da lei recebem o mesmo tratamento que os *mendigos* e possíveis *amigos*:

Se atiras mendigos
 No imundo xadrez
 Com teus inimigos
 E amigos

desvelando o clima de insegurança em que o sujeito se inscreve. Não se sabe mais quem são os verdadeiros amigos, aqueles incapazes de trair, de delatar, de revelar aos mandantes do regime os auspícios da resistência: não se pode confiar em ninguém, pode haver informantes.

Por ocasião da realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em outubro de 1968, nas imediações da cidade de Ibiúna – SP, que havia sido proibido pelo governo e no qual centenas de jovens foram presos, a liderança do Movimento Estudantil saiu do sítio Murundu para a cadeia, e muitos dela para o exílio. Entre os estudantes, informantes da polícia:

Na manhã de sábado quando as tropas começaram a revistar os estudantes presos, ele [Ricardo Noblat] viu quatro moças apresentarem aos soldados carteirinhas de informantes da polícia. Roberto Benevides assistiu também a uma jovem baiana se identificar tranqüilamente como agente (VENTURA, 1990, p. 250).

Os motivos das prisões, muitas vezes não explícitos ou explicitados, convergem para *A lei tem motivos/Pra te confinar*, mesmo que seja *Nas grades do teu próprio lar*. Daí a proibição proveniente do AI-5 acerca de freqüentar lugares, ter domicílio fixo, horários. E esta mesma lei é vista como caprichosa, espelhando os caprichos, os despudores dos legisladores, dos detentores do poder: *A lei tem caprichos*.

A canção revela o que historicamente se passa no interior das instâncias repressivas autorizadas do regime - nas delegacias, nos quartéis, nas prisões: sessões de tortura fartamente recheadas de artifícios e métodos diversos:

Se no teu distrito
 Tem farta sessão
 De afogamento, chicote
 Garrote e punção
 A lei tem caprichos

e prossegue sugerindo a banalização da tortura. O enunciador relaciona a tortura a algo comum: *O que hoje é banal*, reforçado pelo advérbio de marcação temporal *hoje*, o tempo presente da canção, em que a prática da tortura é recorrente e afirma que *Um dia vai dar no jornal*, que um dia a tortura praticada durante o regime militar vai virar notícia jornalística, vai ser de conhecimento público.

No trecho

Se manchas as praças
Com teus esquadrões
Sangrando

a *mancha* é mancha de sangue, pois não importa quem está na praça, com a presença dos *esquadrões*, das tropas militares, qualquer um se torna vítima da força repressora:

Sangrando ativistas
Cambistas, turistas, peões

Os *ativistas*, que denunciam as práticas inconstitucionais do regime, que buscam por notícias de entes desaparecidos, que se apresentam como resistência, são sangrados, espancados, mortos, juntamente com os *cambistas*, com os *turistas*, com os *peões*, que estão nas praças. Não apenas no Brasil ditatorial, mas em toda a América Latina, grande parte da classe artística e dos estudantes se engajou em movimentos de resistência ao regime e esse ajuntamento os apresentou como militantes *ativistas*²².

Um exemplo clássico foi a luta de Zuzu Angel por notícias de seu filho, Stuart Angel, membro do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), morto no interior dos portões da ditadura. Segundo relatos diversos, Stuart Edgar Angel Jones “foi seqüestrado no dia 14 de julho de 1971 por agentes ligados ao Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), e - ainda segundo as denúncias - torturado e morto na Base Aérea do Galeão” (GTNM/RJ, 2008). É conhecido também o fato de o corpo do militante ter sido lançado ao mar, juntamente com diversos outros mortos pelo regime político que, depois de presos, não foram mais encontrados.

A canção *Angélica* (1977), composta por Chico Buarque em homenagem a Zuzu Angel, retrata a história da estilista em busca por informações de seu filho e permite representações do real, sendo os efeitos de sentido possibilitados pelas condições de produção e pela posição ideológica do enunciador:

Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar

Quem é essa mulher

²² Em Buenos Aires, na Argentina, as mães da Praça de Maio se reuniam regularmente às quintas-feiras em frente ao Palácio do Governo para protestar por seus filhos mortos e desaparecidos e para “exigir justiça contra os crimes cometidos durante a ditadura militar (1976-1983)” (FOLHA ONLINE, 26.01.2006).

Que canta sempre esse lamento
Só queria lembrar o tormento
Que fez o meu filho suspirar

É nesta linha de denúncia que a produção cultural dos artistas “engajados” na época da ditadura servia como meio de retratar a realidade. Nas palavras de Gregolin, “é o *dizer* que fabrica as noções, os conceitos, os temas de certo momento histórico. A análise [das] práticas [discursivas] mostra que a relação entre o dizer e a produção de uma ‘verdade’ é um fato histórico” (GREGOLIN, 2006, p.28). De acordo com Zappa (1999, p. 126, 127), Zuzu Angel morreu ao ser

interceptada por outro carro que a jogou contra uma mureta na saída do túnel Dois Irmãos, em São Conrado [...] Na época, o acidente teve inquérito normal da polícia civil, que chegou à conclusão que ela dormira no volante. Em janeiro de 1998, o caso foi reaberto pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça. Em março do mesmo ano, por quatro votos a três, a Comissão decidiu que Zuzu morreu num atentado político.

Ainda sobre o trecho: *Sangrando ativistas/cambistas, turistas, peões*, o mesmo constitui, também, uma denúncia social, ao revelar, pela presença de *cambistas* nas praças, a existência do emprego informal, não autorizado, como elemento constituinte do cotidiano das cidades, incorporado à paisagem urbana. E juntamente com os *ativistas* e os *cambistas* apanham os trabalhadores comuns que pelas praças circulam, na canção representados pelos *peões*.

O enunciador trata, também, de considerar os *turistas* como outro grupo discursivamente inscrito a constituir as *manchas* de sangue que cobrem as praças. O grupo dos *turistas* pode ser historicamente compreendido tanto por turistas comuns, que estão no país a passeio, a veraneio, que não têm nenhuma relação ou interesse político, como por pessoas que se passam por turistas, mas que, na verdade, têm outros objetivos na viagem, sendo agentes infiltrados de propagação de ideologias políticas ou agentes de instâncias de espionagem internacional, elementos postos como constituintes do cenário ditatorial brasileiro.

Das pesquisas realizadas para a produção deste texto, os falsos turistas, aqueles com objetivos de propagar ideologias políticas em território nacional - os comunistas, como eram chamados - eram tidos como fato dado pelo governo militar, como pessoas extremamente perigosas e indesejadas em solo nacional e de suspeita irrestrita. Mas muito pouco se confirmou historicamente sobre estes fatos. A questão que nos impele, nesse entremeio, é o discurso enquanto objeto de lutas políticas e o sujeito envolvido em micro-lutas cotidianas que pressupõe a possibilidade do deslizamento de sentidos que, por sua vez,

implica a resistência, o agenciamento da memória discursiva, a produção e circulação de enunciados sempre sujeitos ao poder (GREGOLIN, 2006), ou, melhor ainda, sempre sujeitos ao entrecruzamento de poderes.

A canção segue afirmando que *A lei abre os olhos*, que está atenta, e retoma o clima de insegurança em que a própria milícia se inscreve: antes visto como amigo, o *inspetor* é tomado por traidor. Nem mesmo a milícia está isenta de ser vista como opositora ao regime estabelecido, qualquer suspeita, mesmo que infundada, mesmo que não confirmada, pode implicar a prisão de policiais que, ao lado de ativistas, de trabalhadores comuns, de estudantes, de artistas, se torna um *preso comum*:

A lei tem pudor
E espeta o seu próprio inspetor [...]
És preso comum
Na cela faltava esse um

Hino da Repressão revela barbáries cometidas durante o regime militar no Brasil. Assim como em *Cálice*, um ajuntamento de tropas militares pode ocorrer e manchar as praças de sangue *a qualquer momento*. Os repressores, os que possuem o discurso autorizado do governo, têm carta branca para fazer valer os seus *caprichos* e, discursivamente, constituem o *monstro* de *Cálice* ao fazerem uso da *força bruta*, da tortura como elemento de poder. Em *Hino da Repressão*, quem permanece atento é o sujeito discursivo milícia, diferentemente do sujeito da resistência em *Cálice*, o que vale ressaltar o estado de atenção em que são revelados no discurso as duas instâncias antagônicas: a instância do poder instituído e a instância de resistência ao poder.

Assim como nos demais recortes deste *corpus*, em *Hino da Repressão*, a religiosidade marca o seu lugar no verso *Que Deus te proteja*, confirmando a inscrição do sujeito enunciador, ao retomar uma memória discursiva em funcionamento e possibilitar sentidos historicamente inscritos, confirmando regularidades discursivas do recorte.

Uma breve listagem das escolhas morfológicas dos recortes das canções, principalmente das escolhas verbais, revela ações relacionadas a uma semântica da repressão (MENESES, 2002): *tingir de sangue*, *Tragar a dor*, *engolir a labuta*, *acordar calado*, *morrer do meu próprio veneno*, em *Cálice*; *andam sussurrando*, *O que não tem concerto*, *aquele inferno*, *O que não tem governo*, em *O Que Será? (À Flor da Terra)*; *você é quem manda*, *Falando de lado e olhando pro chão*, *amor reprimido*, *grito contido*, em *Apesar de você*; *tive um pesadelo*, *o bicho é brabo e não sossega*, *Não discuta à toa não reclame*, em *Acorda*

amor; que somados a: *A lei tem motivos/ Pra te confinar, farta sessão/De afogamento, chicote/Garrote e punção, Sangrando ativistas, nas galeras és nocivo, és um estorvo, És preso comum*, em *Hino da Repressão*, confirmam as inscrições discursivas das canções do *corpus* no período da ditadura militar, nos permitindo apreender efeitos de sentido historicamente produzidos pelas pressões impostas pelo regime vigente, determinando as escolhas temáticas e lexicais e a emergência de um sujeito discursivo regido pelas regularidades que emanam dessa prática.

O sujeito discursivo é possibilitado, portanto, pelos jogos de regularidades constitutivas dos discursos autorizados do poder e dos discursos de resistência ao poder instituído e que lhe fornecem voz, aspecto, imanência. Os sentidos, por sua vez, são decorrentes tanto da possibilidade histórica, das posições ideológicas do sujeito e das condições de produção, em um batimento ininterrupto entre teoria e objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando a canção em sua irrupção de acontecimento, expressão de um acontecimento histórico que se tornou um acontecimento discursivo, reafirmamos a importância da compreensão das bases filosóficas da Nova História para a Análise do Discurso, por meio das noções de ruptura, deslocamentos, movências, descontinuidade, que foram incorporadas à disciplina, possibilitando ao lingüísta um novo saber, ao fazer ligação entre uma prática interpretativa intimamente relacionada a uma prática social.

O discurso, como afirmamos anteriormente, ligado a operações, definido por funcionamentos, constituindo um recorte do real, não nos permite compreender o que diz sem compreender a prática de que resulta. Na análise apresentada, a construção dos sentidos discursivos só é possibilitada quando historicamente constitutiva de uma conjuntura ideológica marcada pelas posições ocupadas pelos sujeitos, revelando as relações de poder nas quais estão inscritos. Da mesma forma, a memória, que se inscreve na continuidade interna de uma formação discursiva, se situa em uma oscilação entre o histórico e o lingüístico e supõe que sua estruturação é uma questão social, reconstruída na enunciação, é elemento operador constitutivo dos sentidos, de importância ímpar para a realização da análise que se apresenta.

Do agenciamento entre os pressupostos fundamentais da História, da Memória e da Análise do Discurso de vertente francesa, pudemos verificar a importância da compreensão de elementos constitutivos do sujeito e da discursividade, principalmente no que se refere aos processos de objetivação e subjetivação do indivíduo e sua constituição em sujeito não preso a uma identidade fixa, mas socialmente produzida por meio de práticas disciplinares de subjetivação e relações de poder nas quais o sujeito se inscreve. O sujeito discursivo, resultante da interação social, do deslocar constante das subjetividades, atravessado e constituído pelo discurso do outro, pela exterioridade e pela falta que lhe são constitutivas, não é nem origem, nem o centro de seu dizer, nem detentor do sentido produzido pelos discursos.

O sujeito, ao assumir uma posição discursiva, de onde pode ser visto e de onde se manifesta, implica assumir outras posições discursivas e, ao mesmo tempo, deixar de assumir

outras ainda. O que me remete a Robert Frost, quando de seu poema *The Road Not Taken*²³, no qual é possível perceber claramente como uma posição assumida pelo sujeito leva a outra:

Two roads diverged in a yellow wood,
 And sorry I could not travel both [...]
 And looked down one as far as I could
 Then took the other [...]
 Oh, I kept the first for another day!
 Yet knowing how way leads on to way,
 I doubted if I should ever come back [...]
 Two roads diverged in a wood, and I-
 I took the one less traveled by,
 And that has made all the difference²⁴.

Assim o sujeito se constitui tanto pelas escolhas que faz quanto pelas que deixa de fazer, pelas posições discursivas que assume, pelos entrecruzamentos com a linguagem, com a cultura, com a História e com a Memória. Se constitui pelas subjetivações, pelas clivagens, pelas rupturas, pelos deslocamentos, pelas relações de poder nas quais está inscrito e por meio das quais lhe é possível qualquer tipo de expressão.

Das regularidades discursivas encontradas na análise, destacamos o silenciamento forçado, o sujeito inscrito em um universo em que o medo e a escuridão são elementos constitutivos dos sentidos, assim como também o são o desejo de mudança, o desejo por um novo tempo, em que nada poderá impedir uma contagiante explosão de alegria.

Em resumo, as relações entre sujeito, poder e verdade, segundo Foucault (1977, p. 172) implicam

o indivíduo [ser] sem dúvida o átomo fictício de uma representação ideológica da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a disciplina. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Daí ressaltar a importância de se observar as relações entre sujeito e linguagem em sua opacidade, não transparência; o sentido como algo não dado, não passível de delimitação, não passível de ser cercado, de ser fechado; considerar o sentido como algo que

²³ O Caminho Não Percorrido (tradução livre).

²⁴ “Dois caminhos se divergiam em um bosque amarelo/E infelizmente eu não podia caminhar por ambos [...]
 Olhei para um para observar tudo quanto possível/ E tomei o outro [...] Oh! Deixei o primeiro para outro dia!/
 Mesmo sabendo que um caminho leva a outro caminho/E fiquei em dúvida se voltaria um dia [...] Dois
 caminhos se divergiam em um bosque amarelo, e eu/Eu tomei o menos utilizado/E isso fez toda a diferença
 (tradução livre).

“não se aloja exclusivamente no texto, não está preso às intenções do autor nem depende do gesto individual do leitor; ele se encontra no espaço onde a língua e a história se entrecruzam” (NAVARRO, 2006, p. 78): o espaço discursivo; e o discurso não como um lugar de alianças, mas de confrontos, de embates, de disputas pelo poder investido de vozes diversas e lugar onde o saber se institui como instância operadora e se legitima.

Os sentidos, então possibilitados nos recortes do *corpus*, revelam o momento histórico ditatorial brasileiro, permeado por cerceamento a liberdades e restrições a direitos políticos constitucionalmente adquiridos, em que se institui “a produção dos discursos de verdade que regulamentam e funcionam como voz de autoridade na constituição dos sujeitos” (MILANEZ, 2006, p. 176) e dos discursos. E, nesse entremeio, os jogos de poder: o poder autorizado – a ditadura, a censura, o cárcere – e o poder que é imputado naturalmente ao sujeito – a resistência.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. In: _____ (et al). **Papel da Memória**. Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, L. “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado (Notas para uma investigação)”. In: ZIZEK, S. (org). **Um Mapa da Ideologia**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105 - 142.

ARAÚJO, I. “A Constituição do Sujeito”. In: _____. **Foucault e a Crítica do Sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001, p. 87 - 122.

AI-5, o mais cruel dos Atos Institucionais. Disponível em <<http://www.unificado.com.br/calendario/12/ai5.htm>>. Acesso em 28.06.2009.

AUTHIER-REVUZ, J. “Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva – elementos para uma abordagem do outro no discurso”. In: _____. **Entre a Transparência e a Opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004, p. 11 - 80.

BALIBAR, E. “Marxisme et linguistique”. In: **Cahiers marxistes-léninistes**, n. 12 – 13, 1966, p. 19 - 25.

BARTHES, R. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. 13 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BBC BRASIL.COM. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/03/060306_monstromv.shtml>. Acesso em 23.04.2009.

BRAGA-TORRES, A. **Chico Buarque**. Mestres da Música no Brasil. Suplemento Didático. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.

CENSURA MUSICAL. Disponível em <<http://www.censuramusical.com.br>>. Acesso em 20.08.2009.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHICO BUARQUE. Disponível em <<http://www.chicobuarque.com.br>>. Acesso em 30.05.2008.

COURTINE, J. **Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens)**. In: Langages. N. 62. Paris: Larousse, 1981.

_____. “O chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político”. In: INDURSKY, F. FERREIRA, M. **Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999, p. 15 - 22.

_____. “A estranha memória da Análise do Discurso”. In: INDURSKY, F. FERREIRA, M. (orgs). **Michel Pêcheux: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 25 - 32.

CONTI, M. **Calabar, o elogio da traição: Drama da memória ou trama na história?** Dissertação de Mestrado, UFU/ Uberlândia, 2007.

D'ARAUJO, M. SOARES, G. CASTRO, C. **Visões do Golpe: a memória militar de 1964**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

DONAS, E. “Problematizando la canción popular: um abordaje comparivo y sonoro de la canción latinoamericana comprometida desde los años 60”. **Actas Del V Congreso IASPM – Latinoamérica**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em < www.unirio.br/mpb/iaspmla2004>.

DYSCOVERY BRASIL. Disponível em <http://www.discoverybrasil.com/guia_conspiracao/lugares/monstro/index.shtml>. Acesso em 16.09.2007.

FERNANDES, C. “Heterotopia e subjetividade nos ‘Becos de Goiás’ ”. In: NAVARRO, P. (org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 279 - 286.

_____. **Análise do Discurso: Reflexões introdutórias**. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOLHA ONLINE, 26.01.2006. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u91976.shtml>>. Acesso em 19.08.2009.

FONSECA, M. **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 19 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. “O Sujeito e o Poder”. In: RABINOV, P. DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica** – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984, p. 229 - 249.

_____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

_____. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. “Sobre as maneiras de escrever a História”. In: MOTTA, M. (org). **Michel Foucault: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Ditos & Escritos, v. II)

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

_____. “Sexualidade e Poder”. In: MOTTA, M. (org). **Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & Escritos. v. V, p.56-76)

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. “Outros Espaços”. In: MOTTA, M. (org). **Michel Foucault: Estética: Literatura e Pintura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. (Ditos & Escritos v. III).

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FROST, R. **The Road Not Taken**. Disponível em <<http://robertfrost.com>>. Acesso em 22.08.2009.

GREGOLIN, M. “A mídia e a espetacularização da cultura”. In: _____ (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 9 - 20.

_____. “Michel Foucault: o discurso nas tramas da história”. In: FERNANDES, C. SANTOS, J. (orgs). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004, p. 19 -43.

_____. “AD: descrever-interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história”. In: NAVARRO, P. (org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19 - 34.

_____. “Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades”. In: BARONAS, R. (org.) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ (GTNM/RJ). 2008. Disponível em <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=330>>. Acesso em 19.08.2009.

GUILHAUMOU, J. “Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente”. In: BARONAS, R. (org.) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

HALL, S. “Quem precisa de identidade?” In: SILVA, T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103 - 133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, L. **Sob o signo do silêncio: Vidas Secas e O Estrangeiro**. São Paulo: EDUSP, 1993 (Criação e Crítica; v.8).

HOLLANDA, C. **Nem toda loucura é genial, nem toda lucidez é velha**. São Paulo: Última Hora, 09/12/68. Disponível em < http://www.chicobuarque.com.br/texto/artigos/artigo_lucidez.htm> Acesso em 30.05.2008.

HUSSERL, E. **Recherches logiques I (1900)**. Paris: P.U.F., 1959.

LACLAU, E. **New Reflections on the Resolutions of our Time**. Londres: Verso, 1990.

LE BOT, M. **Le silence dans les mots**. Corps Ecrit, n. 12. Paris: PUF, 1984.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso**. (Re)Ler Michel Pêcheux Hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MENESES, A. **Chico Buarque de Hollanda** – seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico, exercícios. Séria Literatura Comentada. São Paulo: Abril Educação, 1980.

_____. **Desenho Mágico – Poesia e Política em Chico Buarque**. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MIDDLETON, R. **Studying popular music**. Philadelphia: Open University Press, 1997.

MILANEZ, N. “A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista”. In: SARGENTINI, V. NAVARRO, P. (orgs). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 183 - 200.

_____. “O corpo é um arquipélago – memória, intericonicidade e identidade”. In: NAVARRO, P. (org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 153 - 179.

MIGUEL, J. e WISNIK, G. **O Artista e o Tempo** – Songbook Chico Buarque, v. 2. Rio de Janeiro: Lumiar, 1999.

MORAES, J. **Liberalismo e ditadura no cone sul**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

NAPOLITANO, M. **História & música – história cultural da música popular**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NAVARRO, P. “O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história”. In: _____ ; SARGENTINI, V. (org). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 97 - 130.

_____. “O pesquisador da mídia: entre a ‘aventura do discurso’ e os desafios do dispositivo de interpretação da AD”. In: NAVARRO, P. (org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 67 - 92.

ORLANDI, E. **Silence, sens**. In: PARRET, H. (org). **Colloque d’Urbino**, 1988.

_____. **As formas do silêncio – No movimento dos sentidos**. 3 ed. Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. O Papel da Memória. In: ACHARD, P. (et al). **O Papel da Memória**. Tradução e Introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49 - 57.

POSSENTI, S. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. In: NAVARRO, P. (org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 93 - 108.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROBIN, R. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

SARGENTINI, V. A Descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: _____. NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.) **M. Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 77 - 96.

_____. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, P. (org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 35 - 44.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 19 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, F. **Chico Buarque**. São Paulo: Publifolha, 2004. (Folha explica).

THE CENTRE FOR FORTEAN ZOOLOGY. Disponível em <<http://www.cfz.org.uk/beta/index.htm>>. Acesso em 23.04.2009.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Disponível em <http://www.unb.br/cedoc/pq_invasao.htm>. Acesso em: 16.09.2007.

UOL NOTÍCIAS. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/inter/efe/2003/09/22/ult1766u9.jhtm>>. Acesso em 23.04.2009.

VENTURA, Z. **1968: o ano que não terminou**. 21 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEGAS, P. **Trajectoria Rebelde**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1961.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 07 - 72.

ZAPPA, R. **Chico Buarque: para todos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Prefeitura, 1999.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)